

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 115, DE 2016****(Do Poder Executivo)****MSC 218/2016****AV 257/2016**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3617, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-Iris para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Ibiraci, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo – MG;
- 2 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa – ES;
- 3 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani – MG;
- 4 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 – Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes – AM;
- 5 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 – Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci – AL;
- 6 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, no município de Anicuns – GO;
- 7 - Portaria nº 2.828, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Iati, no município de Iati – PE;
- 8 - Portaria nº 2.838, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho – ACRCEAB, no município de Brumadinho – MG;
- 9 - Portaria nº 2.940, de 12 de agosto de 2015 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio, no município de Capitólio – MG;
- 10 - Portaria nº 2.945, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense, no município de São Sebastião da Bela Vista – MG;
- 11 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 – Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis – SP;
- 12 - Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015 – Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu, no município de Parambu – CE;
- 13 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema – CE;

- 14 - Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab, no município de Tarauacá – AC;
- 15 - Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, no município de Liberdade – MG;
- 16 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing, no município de Inocência – MS;
- 17 - Portaria nº 3.149, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, no município de Barra – BA;
- 18 - Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Rádio Tropical FM, no município Vera – MT;
- 19 - Portaria nº 3.424, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, no município de Lauro Muller – SC;
- 20 - Portaria nº 3.555, de 5 de agosto de 2015 – Associação Cultural do Município de Indiará, no município de Indiará – GO;
- 21 - Portaria nº 3.591, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no município de Pratinha – MG;
- 22 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;
- 23 - Portaria nº 3.596, 19 de agosto de 2015 – Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz Vasconcelos – SP;
- 24 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Esperança de Iguatemi – ACEI, no município de Iguatemi – MS;
- 25 - Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, no município de Dom Feliciano – RS;
- 26 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo – RN;
- 27 - Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, no município de Mirassol D'Oeste – MT;
- 28 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 29 - Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Arco-Iris, no município de Ibiraci – MG;
- 30 - Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015 – Associação dos Moradores do Serra Verde, no município de Porto Alegre – RS;
- 31 - Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no município de Nova Esperança do Sul – RS;
- 32 - Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca – ABCCM, no município de Meruoca – CE.

33 - Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, no município de Marcelândia – MT;

34 - Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015 – Fundação Deputado Walfrido Monteiro, no município de Icó – CE;

35 - Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 – Associação Cultural Amigos de Dorcas de Campos – ASCAD, no município de Dorcas de Campos – MG; e

36 - Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, no município de Cravinhos – SP;

Brasília, 9 de maio de 2016.



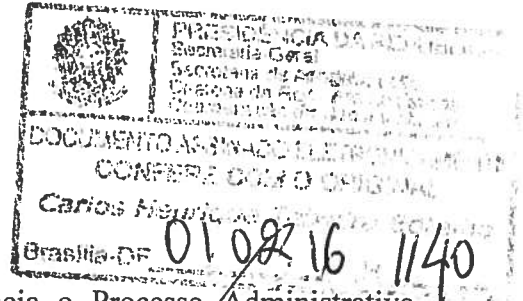
53000.008262/2014-92

VOT. 3611/15

EM nº 00027/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,



1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.008262/2014-92, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-íris, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PORTARIA Nº 3617/2015/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008262/2014-92 e nº 53710.000325/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subscquentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644796** e o código CRC **29B5562F**.

PRIMEIRA SECRETARIA	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em 12/05/16	às 14:30 horas
<u>JMR.</u>	<u>5.876</u>
Nome legível	Ponto

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2016.

MSC 212/2016


A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

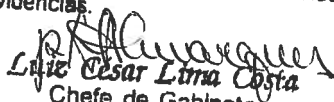
Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 460, 464, 468, 648, 743, 2.019, 2.828, 2.838, 2.940, 2.945, 2.952, 2.959, 2.967, 2.969, 2.973, 2.993, 3.149, 3.422, 3.424, 3.555, 3.591, 3.594, 3.596, 3.598, 3.600, 3.603, 3.611, 3.612, 3.617, 3.624, 3.625, 3.631, 3.633, 3.634, 3.635 e 3.639.

Atenciosamente,


EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

PRIMEIRA SECRETARIA	
Em 12/05/16	
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.	
	
Luiz Cesar Lima Costa Chefe de Gabinete	

Secretaria-Geral da Mesa SERMO 12/Mai/2016 17:06
Fonte: MOA Ass.: J
Origem: 1. SEC



TVR
115/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

53000.008262/2014-92

:: SEI / MC - 0068141 - Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do ...

https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir...



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 04 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 04/08/2014, às 13:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0068141** e o código CRC **0ABA594E**.

27		/	/	63		/	/
28		/	/	64		/	/
29		/	/	65		/	/
30		/	/	66		/	/
31		/	/	67		/	/
32		/	/	68		/	/
33		/	/	69		/	/
34		/	/	70		/	/



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.008262/2014-92

(Processo de Outorga nº 53710.000325/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS**, sediada na localidade de **Ibiraci/MG**, tem validade até 03/02/2014, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 03 de abril de 2014.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço

**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

A **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.168.162/0001-04, com sede na Av. Maria José da Cunha, nº 50, centro, na cidade Ibiraci, Estado de Minas Gerais, CEP: 37.990-000, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 153, datada de 19 de fevereiro de 2002 publicada no Diário Oficial da União de 28/02/2002 e Decreto Legislativo nº 116/2004 publicado no Diário Oficial da União datado de 03 de fevereiro de 2004, vem respeitosamente à presença de V. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Ibiraci – MG, 31 de janeiro de 2014.


ADALBERTO ALVES GARCIA
CPF: 661.949.116-20

01.168.162/0001-04
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
RÁDIO ARCO-ÍRIS FM
Av Maria José da Cunha, 50
Centro - Cep. 37990-000
IBIRACI - MG

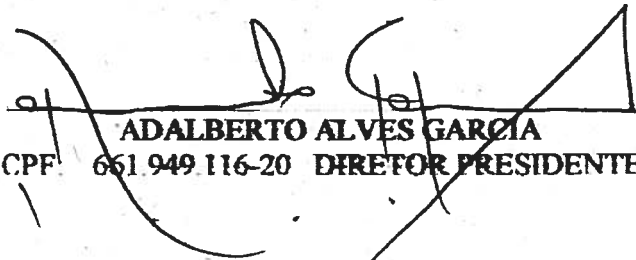
Scute
132

**DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE
ATENDO TODOS OS SUBITENS PARA REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE
OUTORGA**

Eu, **ADALBERTO ALVES GARCIA**, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS**, declaro para os devidos fins, em atenção a legislação aplicável para renovação de outorga, e também a todos subitens e alíneas da Norma nº 1/2011, que:

- A) - o endereço completo da sede da entidade é na Av. MARIA JOSÉ DA CUNHA, Nº 50 - CENTRO - 37.990-000 IBIRACI-MG cujas coordenadas geográficas estúdio e do sistema irradiante, na padronização GPS- WGS 84, são: 20° S 27° 57' de latitude e 47° W 07' 08" de longitude;
- B) - atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- C) - a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participam de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
- D) - reserva um espaço mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- E) - a entidade e seus dirigentes não possuem qualquer vínculo de subordinação ou outro que sujeite a entidade à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou a orientação de qualquer outra entidade, seja de ordem financeira, religiosa, familiar, político-partidária ou comercial, em respeito ao disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 fevereiro de 1998; e que a entidade não veicula publicidade comercial, podendo veicular apenas apoio cultural nos termos da regulamentação.
- G) - todos os dirigentes da entidade residem na área de execução do serviço;
- H) - não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando os casos de apoio cultural;
- I) - o nome fantasia da entidade ou da emissora, é: **RÁDIO ARCO-ÍRIS**
- J) - cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do art. 221, da Constituição Federal;
- K) - que todos os diretores são responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, pelo que atesto que todos são brasileiros natos e residentes na área de execução dos serviços, ao que junto cópias dos documentos exigidos.

Ibiraci, 31 de janeiro de 2014


ADALBERTO ALVES GARCIA
CPF: 661.949.116-20 DIRETOR PRESIDENTE

Endereço para correspondência:

AV. MARIA JOSÉ DA CUNHA, Nº 50 - CENTRO,
na cidade de IBIRACI, Estado MG, CEP 37.990-000,

Telefone para contato: DXX-35-9991-1234;

Correio eletrônico (e-mail): algtg@yahoo.com.br

01.168.162/0001-04
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
RÁDIO ARCO-ÍRIS FM
Av Maria José da Cunha, 50
Centro - Cep. 37990-000
IBIRACI- MG

**DECLARAÇÃO DE FIEL CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À
RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**


Nós, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS declaramos, para os devidos fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Ibiraci,


ADALBERTO ALVES GARCIA
CPF: 661.949.116-20 DIRETOR PRESIDENTE


NÉLIO RODRIGUES DE ANDRADE
CPF: 397.459.616-04 DIRETOR VICE-PRESIDENTE


BEATRIZ BRÍGIDA FERNANDES LUCENA
CPF: 069.015.216-77 SECRETÁRIA


MARIA CRISTINA GARCIA DE ANDRADE
CPF: 481.311.566-72 TESOUREIRA


DARLENE LIMA GARCIA
CPF: 584.708.756-04 DIRETOR CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

01.168.162/0001-04

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS

RÁDIO ARCO-ÍRIS FM

Av Maria José da Cunha, 50

Centro - Cep. 37990-000

IBIRACI - MG

Endereço para correspondência :

AV. MARIA JOSE DA CUNHA, Nº 50 - CENTRO,
na cidade de IBIRACI, Estado MG, CEP 37.990-000,

Telefone para contato: 0XX-35-9991-1234;

Correio eletrônico (e-mail): algto@yahoo.com.br

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS



ESTATUTO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE, FINS E PRINCÍPIOS

ARTIGO 1º - "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO - ÍRIS", daqui por diante referida pela sua abreviatura (A C A I), ou simplesmente por Associação, é uma associação civil de objetivos culturais, democrática, apartidária, sem fins lucrativos, com duração por prazo indeterminado, e registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos desta Comarca.

ARTIGO 2º - A (A C A I) tem sede e foro na cidade de Ibiraci, Estado de Minas Gerais, sito à Av. Maria José da Cunha, nº 50, centro.

ARTIGO 3º - A Associação é regida por este Estatuto e pela Legislação em vigor, no que lhe for aplicável.

ARTIGO 4º - A (A C A I) tem como finalidades:

I - Prestar serviços de radiodifusão sonora em FM na modalidade de Rádio Comunitária utilizando o nome de fantasia, "RÁDIO ARCO-ÍRIS", mantendo sempre o objetivo prioritário de servir aos interesses da comunidade regendo-se pelos valores éticos da promoção da vida, da família comunitária e da solidariedade social; desenvolver atividades sócio culturais buscando a melhoria das condições sociais, econômicas e culturais da coletividade Ibiraciense, contribuir na preservação do folclore e das tradições da região e buscar a integração e desenvolvimento do município, sem qualquer distinção ou preconceito : político, religioso, de raça ou de cor, conforme o artigo 221 e seus incisos da Constituição Federal;

II - Criar, realizada e/ou divulgar programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, de utilidade pública, de pesquisa, de noticiário, de entretenimento e lazer, jornalismo, de esportes, infantil e musical, propagando principalmente a musica nacional;

III - Promover cursos de capacitação radiofônica, observada a legislação vigente;

IV - Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários.

ARTIGO 5º - A (A C A I) aplicará suas rendas integralmente no país, sempre no custeio e ampliação de suas atividades; não remunerará sua Diretoria ou componentes de seus órgãos estatutários, não concederá aos associados participação em seu patrimônio, nem distribuirá lucros ou dividendos de qualquer espécie.

ARTIGO 6º - Para melhor realizar seus objetivos dentro da outorga legal a (A C A I) usará uma radio comunitária de sua propriedade, podendo contratar, dentro da necessidade e no limite de suas possibilidades financeiras, serviços de terceiros, priorizando o regime da legislação trabalhista (CLT).

Parágrafo Único - Os sócios na condição de profissionais liberais, técnicos e radialistas, quando convocados a prestar serviços à entidade exercerão suas atividades gratuitamente.

CAPÍTULO II



DOS SÓCIOS, SEUS DIREITOS, DEVERES E PENALIDADES

ARTIGO 7º - A (A C A I) será composta por um quadro de sócios definidos em 03 (três) categorias, em numero ilimitado, admitidos segundo as normas estatutárias.

Parágrafo 1º - Poderá agregar-se gratuitamente em igualdade de direitos, às atividades da associação, qualquer pessoa independente de cor, raça, sexo ou opção sexual, condição social ou financeira, concepção religiosa ou filosófica, orientação política ou qualquer outra condição desde que concorde com o disposto neste Estatuto.

Parágrafo 2º - Para ser considerado associado é necessário ser morador (Pessoas físicas), ou ter sede (entidades), no município. Somente serão aceitas como filiadas as Entidades da Sociedade civil sem fins lucrativos.

Parágrafo 3º - A representação das entidades associadas na Associação Comunitária Arco – Íris se dará na base de um representante por entidade.

ARTIGO 8º - As categorias são:

I - DOMICILIARES: São todas as Pessoas Físicas, e Jurídicas sem fins lucrativos (por seus representantes), residentes ou sediadas na área de execução do serviço, que contribuam com a mensalidade a benefício da Associação e que sejam pela Diretoria admitidas nos termos deste estatuto;

II - CONTRIBUINTES: São todas as Pessoas Físicas e Jurídicas, que queiram apenas contribuir mensalmente com uma quantia a benefício da Associação e que sejam pela Diretoria admitidas;

III - BENEMÉRITOS - São todas as Pessoas Físicas e Jurídicas, que tenham prestado serviços relevantes à entidade e sejam considerados merecedoras de distinção específica.

Parágrafo 1º - Os sócios fundadores estão automaticamente admitidos como sócios domiciliares.

Parágrafo 2º - A admissão de novos sócios domiciliares se dará após aprovação da Diretoria.

ARTIGO 9º - Os sócios não respondem nem subsidiariamente pelas obrigações assumidas em nome da Associação

ARTIGO 10 - Os associados que se demitirem ou forem excluídos não terão direito de restituição, em nenhuma hipótese, de qualquer importância paga ou doada à Associação a qualquer título.

ARTIGO 11 - São direitos dos sócios:

I - Participar das atividades sociais da Associação, inteirar-se de seu andamento, promoções e sugerir medidas que julguem proveitosas;

II - Exclusivamente os sócios Domiciliares poderão votar e serem votados para todos os cargos administrativos e deliberativos, integrarem e votarem nas Assembléias Gerais obedecidas as disposições estatutárias, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes, conforme disposto neste estatuto.

III - Os associados, Pessoas Físicas e Jurídicas, gozam gratuitamente do direito de assistência jurídica e contábil, quando necessitarem, em assuntos relacionados a Associação.

Parágrafo Único - Somente os sócios em dia com suas obrigações estatutárias poderão usufruir destes direitos.

Handwritten signature

ARTIGO 12 - São deveres dos Sócios:

- I -** Cumprir os estatutos, acatar as ordens da Diretoria, bem como dos membros da mesma, seu preposto e comissões, estes quando no exercício específico de suas funções;
- II -** Manter o conceito e a dignidade da Associação sempre em alto nível visando aumentar seu prestígio e efetivar seu constate progresso;
- III -** Respeitar o associado em todos os seus aspectos;
- IV -** Cooperar com a Diretoria e respectivas comissões, apresentando sugestões que julgue oportunidades e levando ao seu conhecimento as falhas que careçam de providencias imediatas;
- V -** Pagar pontualmente a mensalidade estipulada pela Diretoria, zelar pelo patrimônio e defender os interesses da Associação.

ARTIGO 13 - Será suspenso do quadro social, a julgamento da Diretoria, aquele que não cumprir seus deveres e/ou:

- I -** Prejudicar as boas relações entre a Associação e qualquer outra entidade afim, bem como criar embaraços a boa marcha de suas atividades, direta ou indiretamente;
- II -** Aquele que faltar com respeito aos Diretores, Delegados e Comissões quando no exercício de suas funções;
- III -** Aquele que for escalado a participar dos eventos, festividades ou atividades oficiais, mesmo que provisoriamente e deixar de comparecer sem motivo claramente justificável;
- IV -** Aquele que desacatar as resoluções a favor da entidade emanadas da Diretoria, ou Presidência, ou da Assembléia Geral;
- V -** Aquele que usar os preceitos, ou nome, ou os objetivos da entidade de forma ilegal ou para usufruir de benefícios manifestamente pessoais, sem prévio conhecimento e aprovação da Diretoria.

Parágrafo Único - A suspensão compreenderá em prazo máximo de 02 (dois) anos.

ARTIGO 14 - Será expulso o sócio que:

- I -** For condenado por crime doloso ou repugnante;
- II -** Praticar qualquer ato qualificado pela Lei por crime de contravenção penal nas dependências da Associação ou fora dela.

ARTIGO 15 - Será assegurada ao sócio suspenso ou expulso previa e ampla, defesa, bem como o direito de requerer novo julgamento apresentado também por escrito sua defesa, no prazo máximo de 3 (três) dias da realização da reunião que ocasionou sua penalização.

Parágrafo 1º - Deste novo julgamento da Diretoria não caberá recurso.

Parágrafo 2º - O sócio somente poderá recorrer a Assembléia Geral caso a Diretoria não tenha acatado seu requerimento de novo julgamento.

CAPITULO III

DOS ÓRGÃOS, DA ADMINISTRAÇÃO E DO PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 16 - A (A C A I) é constituída dos seguintes órgãos:

- I -** Diretoria Executiva;
- II -** Assembleia Geral;
- III -** Conselho Comunitário.

SECÃO I

DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS

ARTIGO 17 - A Assembleia Geral dos sócios é o órgão máximo e soberano da Associação e reunir-se-á mediante convocação do Presidente:

I - ORDINARIAMENTE: no primeiro bimestre de cada ano, a fim de apreciar a prestação de contas da Diretoria referente ao exercício findo e de quatro em quatro anos, no dia 12 (doze) de outubro, para a eleição e posse da Diretoria;

II - EXTRAORDINARIAMENTE: sempre que se fizer necessária sua convocação.

Parágrafo Único - Funcionará em primeira convocação com a maioria simples dos sócios aptos a votarem e em Segunda convocação com qualquer numero, observado o intervalo mínimo de meia hora entre uma e outra, sendo proibido o voto por procuração.

ARTIGO 18 - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, para fins determinados, com edital afixado na sede e em pelo menos dois lugares de amplo acesso da comunidade.

ARTIGO 19 - Aos sócios domiciliários é facultado requerer a convocação da Assembléia Geral, e deverá ser feita por escrito ao Presidente com a especificação dos motivos, o que não poderá ser negada desde que contenha a assinatura de no mínimo seis sócios ou a quinta parte dos existentes.

Parágrafo 1º - O Presidente convocará a Assembléia no prazo máximo de 3 (três) dias a conta da entrega do requerimento. Se o presidente não convocar a assembléia, falo-ão aqueles que deliberarem por sua realização.

Parágrafo 2º - As deliberações em Assembleias Gerais convocadas nos termos deste artigo e parágrafo só serão válidas se aprovadas por maioria de dois terços dos presentes à Assembléia, cujo número não poderá ser inferior ao dos que subscreveram o requerimento.

ARTIGO 20 - Compete à Assembleia Geral:

- I** - Zelar pela boa administração da Associação, pela conservação e crescimento do seu patrimônio, bem como pelo fiel cumprimento deste Estatuto;
- II** - Deliberar sobre aquisição, alienação e instituição de ônus reais sobre móveis e imóveis, preenchidas em juízo as formalidades legais;
- III** - Aprovar o balanço e as contas da Associação anualmente;
- IV** - Aprovar e fiscalizar a execução dos planos orçamentários e de expansão da Associação em cada exercício;
- V** - Deliberar sobre normas e quadro de pessoal da Associação, fiscalizando-o;
- VI** - Eleger e empossar a Diretoria;
- VII** - Aprovar o Regimento Interno da Associação;
- VIII** - Reformular os Estatutos
- IX** - Decidir em última e definitiva instância;
- X** - Destituir administradores e julgar os atos da Diretoria, e se for o caso aplicar-lhe penalidades;
- XI** - Exercer quaisquer outras atribuições decorrentes da Lei, deste estatuto e do regimento interno em matéria de sua competência.

H. G. M. de A. C.

SECÃO II

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Artigo 21 - O Conselho Comunitário será constituído pela Diretoria como órgão fiscalizador, consultivo e assessor, composto no mínimo por 5 (cinco) Associações da Comunidade representando seus diversos seguimentos, nos termos da lei.

Parágrafo 1º - O conselho Comunitário reunir-se-á quando convocado pelo Presidente da Associação, pela Assembleia Geral por seu Presidente ou no mínimo por dois quintos dos sócios.

Parágrafo 2º - O Conselho Comunitário, na sede da Associação, terá livre acesso a sua documentação quando no exercício de seu papel fiscalizador.

Parágrafo 3º - O Conselho Comunitário participará na aprovação da programação da emissora.

ARTIGO 22 - A diretoria elegerá e empossará um membro do Conselho Comunitário como seu Presidente.

ARTIGO 23 - O Presidente do Conselho Comunitário é o principal porta voz e elo da comunidade com a Associação, competindo-lhe:

I - manter reuniões informativas e de coletas de sugestões com os membros do Conselho,

II - Cultivar um intenso intercâmbio com a comunidade, levando suas reivindicações à Diretoria;

SECÃO III

DA DIRETORIA

ARTIGO 24 - A Diretoria é o órgão executivo e administrativo da Associação, composta por (cinco) membros e atuará colegiadamente, nas decisões.

ARTIGO 25 - A Diretoria é composta dos seguintes cargos:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretário;

IV - Tesoureiro;

V - Diretor Cultural e de Comunicação Social.

Parágrafo 1º - A substituição temporária do presidente obedecerá respectivamente a disposição dos cargos acima, em se constatando impedimentos sucessivos.

Parágrafo 2º - A substituição temporária do secretario ou tesoureiro será suprida mediante indicação do Presidente a outro diretor.

Parágrafo 3º - Nos impedimentos, a representação temporária de Presidente do Conselho Comunitário dar-se-á por indicação a um de seus membros, pelo Presidente da Associação.

Assinada

ARTIGO 26 - Compete à Diretoria:



- I - Dirigir a Associação de acordo com o Estatuto, a legislação vigente e demais normas emanadas da Assembléia Geral, cumprindo e fazendo cumpri-las;
- II - Administrar e superintender os trabalhos e bens da Associação, promovendo seu progresso;
- III - Apresentar anualmente à Assembléia Geral o Balanço Patrimonial, o relatório e as contas da Diretoria para necessária apreciação;
- IV - Alienar ou constituir ônus sobre os bens da Associação, mediante autorização da Assembléia Geral;
- V - Autorizar contatos, ajustes ou convênios;
- VI - Decidir sobre a aquisição de bens moveis ou imóveis necessários à realização dos fins da Associação mediante autorização da Assembléia Geral;
- VII - Autorizar a contratação de empréstimos e outras operações financeiras em que a Associação tenha interesse;
- VIII - Criar ou instalar serviços, conselhos, departamentos ou entidades para a realização ou desenvolvimento das atividades da Associação.
- IX - Elaborar os Regimentos dos Departamentos, Conselhos, Comissão e entidades que vierem a ser criadas e mantidas;
- X - Outorgar procuração para fins específicos desde que os procuradores sejam previamente aprovados pela Assembléia Geral;
- XI - Outorgar títulos de Sócio-Benemérito a pessoas físicas e jurídicas dele merecedoras, por serviços relevantes prestados à Associação;
- XII - Julgar e aplicar penalidades aos sócios, quando necessário, nos termos deste Estatuto;
- XIII - Indicar, eleger, substituir, destituir e empossar membros do Conselho Comunitário.
- XIV - Reunir-se ordinariamente a cada 3 (três) meses e extraordinariamente quando houver convocação do Presidente ou da maioria da Diretoria.

Parágrafo Único - As decisões da Diretoria deverão ser tomadas por maioria dos votos, com participação garantida da maioria simples dos seus membros.

ARTIGO 27 - Compete ao Presidente:

- I - Representar a Associação em Juízo e fora dele;
- II - Convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- III - Convocar e instalar as Assembléias Gerais;
- IV - Supervisionar os trabalhos da Associação, zelando pelo cumprimento de suas finalidades;
- V - Assinar contratos, ajustes ou convênios do interesse da Associação;
- VI - Praticar os atos necessários à administração da Associação, organizar seus serviços e departamentos, criar unidades administrativas e admitir empregados;
- VII - Atender as solicitações e determinações dos órgãos públicos e de setores ligados as atividades da Associação;
- VIII - Nomear ou designar os dirigentes de departamentos, serviços ou entidades mantidas pela Associação.
- IX - ordenar as despesas autorizadas e com o tesoureiro assinar cheques, documentos contábeis, bem como abrir e manter contas bancárias;
- X - Organizar um relatório das principais ocorrências do ano anterior, apresentando-o à Assembléia Geral Ordinária, contendo as previsões orçamentárias, prestações de contas e o balanço do exercício financeiro;
- XI - Votar e proferir voto de desempate nas reuniões da Diretoria.

ARTIGO 28 - Compete ao Vice- Presidente:

- I - Substituir o Presidente em todas as funções, quando convocado em virtude de impedimento do Presidente;
- II - Colaborar com o Presidente em funções que lhe forem designadas.

ARTIGO 29 - Compete ao Secretario:

- I - Redigir e manter transcritas as atas das Assembléias Gerais e das reuniões da Diretoria;
- II - Redigir a correspondência, bem como, dirigir e supervisionar todos os serviços de escritório da Associação;
- III - Manter e ter sob sua guarda os livros, atas e todo arquivo da Associação;
- IV - Gerir as atividades administrativas da Associação, assim como as relativas a recursos humanos.

ARTIGO 30 -Compete ao Tesoureiro:

- I - Dirigir e supervisionar todos os serviços da tesouraria e contabilidade;
- II - Organizar e manter a escrituração do movimento econômico e financeiro da Associação;
- III - Ter sob sua guarda todos os livros e documentos relativos à tesouraria;
- IV - Movimentar contas bancárias com o Presidente e com este, mediante aprovação da Diretoria, aplicar os valores da Associação;
- V - Zelar pelo patrimônio da Associação;
- VI - Efetuar pagamentos autorizados, recebimentos e supervisionar a aquisição de materiais;
- VII - Apresentar à Diretoria balancetes semestrais, balanço anual e demais peças contábeis para a prestação anual de contas.

SECÃO IV

DO PROCESSO ELEITORAL

ARTIGO 31 - As eleições para a Diretoria realizar-se-ão dia 12 (dose) de outubro, de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, por chapa completa de candidatos, pela Assembléia Geral Ordinária, podendo seus membros serem reeleitos para mais um mandato.

ARTIGO 32 - As eleições serão convocadas por edital com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do termino do mandato da Diretoria. Nos primeiros 10 (dez) dias de outubro deverão ser registradas na Secretaria da Associação as chapas concorrentes.

ARTIGO 33 - Pode ser eleito para qualquer cargo todo sócio domiciliar quites com as obrigações sociais e para Presidente do Conselho Comunitário necessariamente um de seus integrantes, em ambos os casos constitui pré-requisito pelo menos 03 (três) meses de Associação.

Parágrafo Único - A votação será por voto secreto na sede da Associação.

ARTIGO 34 - O processo eleitoral poderá ser acompanhado por um representante de cada chapa, indicados pelos encabeçadores das mesmas para cada urna.

ARTIGO 35 - A apuração será feita imediatamente após a eleição. A mesa apuradora será constituída por um membro indicado pelo encabeçador de cada chapa e na falta por indicação do Presidente da reunião.

ARTIGO 36 - Será considerada eleita a chapa que obtiver o maior numero de votos validos e em ato continuo o Presidente da Assembléia dera por empossada a mesma.

ARTIGO 37 - Perderão o mandato os membros da diretoria que incorrerem em:

- I - Malversação ou dilapidação do patrimônio social;
- II - Grave violação deste estatuto;
- III - Abandono de cargo, assim considerada a ausência não justificada em 03 (três) reuniões consecutivas.

Parágrafo Único - A perda do mandato será declarada pela Assembléia Geral, assegurando-se ao acusado o amplo direito de defesa.

ARTIGO 38 - Em caso de destituição, renúncia ou vacância por qualquer outro motivo, de membro(s) ou cargo(s) da Diretoria, a Assembléia Geral, reunir-se-á elegerá e dará posse ao(s) novo(s) diretor(a) nos termos deste Estatuto.

Ministério das Comunicações
12
Diretoria

Parágrafo Único - Se vacar a Presidência o vice assumirá pelo restante do mandato.

ARTIGO 39 - Ocorrendo renúncia coletiva da Diretoria o presidente renunciante deixará convocada extraordinariamente a Assembléia Geral, em caráter de urgência, para que se proceda eleição de nova Diretoria para completar o mandato. Caso o Presidente não o faça qualquer sócio poderá fazê-lo.

CAPÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO E DO ATIVO

ARTIGO 40 - O Patrimônio e o ativo da Associação será constituído:

- I** - Das contribuições dos associados;
- II** - Da arrecadação feita pela entidade;
- III** - Das doações, auxílios, subvenções e legados que venham a ser feitos ou concedidos por quaisquer Pessoas Jurídicas de direito Público ou privado, ou por pessoas Físicas do País ou do exterior;
- IV** - Dos bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- V** - Dos alugueis de imóveis e juros de aplicação financeira ou depósitos;
- VI** - Pelas rendas resultantes de suas atividades em radiodifusão e/ou assessorias e outras rendas eventuais;
- VII** - Pelos saldos de exercícios anteriores transferidos para conta patrimonial.
- VIII** - Pelos bens e valores doados pelo sócio fundadores.
- IX** - Do patrocínio do comércio local.

Parágrafo Único - Aos sócios não poderá ser imposta outra contribuição que não seja as mensalidades.

ARTIGO 41 - Serão rejeitadas as doações de origem duvidosa ou de fonte ilegal ou que comprometam de forma direta ou indireta os objetivos da entidade.

Parágrafo Único - As doenças de maior monta serão analisadas pela Diretoria Executiva que poderá aceitá-las ou não, respeitando o disposto no parágrafo anterior.

ARTIGO 42 - Os bens de propriedade da Associação serão utilizados e aplicados exclusivamente para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados ou gravados sem aprovação da Assembléia Geral.

ARTIGO 43 - Em caso de extinção da Associação de bens e direitos gravados de inalienabilidade serão destinados conforme o artigo 46 e parágrafo.

CAPÍTULO V

DO EXERCÍCIO FINANCEIRO

ARTIGO 44 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

ARTIGO 45 - O Conselho Comunitário fiscalizará a prestação anual de contas examinando sua documentação, a qual será vista por seu Presidente mediante parecer, e até o último dia de fevereiro do ano seguinte a Diretoria a submeterá à Assembléia Geral, contendo no mínimo as seguintes peças:

- I** - Balanço Patrimonial;
- II** - Demonstração de receitas;
- III** - Relatório das atividades do exercício.

CAPÍTULO VI

DA EXTINÇÃO

ARTIGO 46 - A Associação poderá ser dissolvida, mediante Assembléia Geral convocada para este fim, com a presença da maioria absoluta dos associados.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução, qualquer que seja a causa, o patrimônio da Associação deverá ser destinado a outra entidade que propugna em seu estatuto a mesma finalidade desta com sede ou atuação no município ou, em sua falta, repartido entre as associações beneficentes legalmente constituídas na Comarca.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 47 - Para se alterar o presente Estatuto é necessário:

- I - Aprovação por maioria de 2/3 (dois terços) dos presentes em votação realizada em Assembléia Geral Convocada especialmente para este fim;
- II - Que não se contrarie os fins e objetivos da Associação.

ARTIGO 48 - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria.

ARTIGO 49 - É vedado aos administradores conceder aval ou fiança em nome da Associação, fora dos casos de estrito interesse da mesma.

ARTIGO 50 - O presente Estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas desta Comarca, revogadas as disposições em contrário.

Ibiraci, 12 de outubro de 1.995

Maria Cristina Garcia de Andrade
MARIA CRISTINA GARCIA DE ANDRADE
Presidente

Registrada no livro de N.º A-5
de fls. 012/013, sob n.º 020/95, a 1 data
Ibiraci, 14 de Novembro de 19 95
O Oficial, [Assinatura]

CERTIDÃO

Certifico que, na data, foi reco-
nhecido o Art. 40, pela guia n.º 55594-H
na Agência Bco do Brasil S/A
[Assinatura]
TABELÃO E SECRETARIA

20 901 625/0001-31

IBIRACI — CARTÓRIO DO
2.º TABELIONATO E MAIS ANEXOS

RUA 6 DE ABRIL S/N.º
CENTRO — CEP 37000

IBIRACI — MS



Receita Federal

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte.

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.168.162/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 22/04/1998
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO COMUNITARIA ARCO-IRIS			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO ARCO-IRIS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-6-99 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV MARIA JOSE DA CUNHA	NÚMERO 59	COMPLEMENTO	
CEP 37.998-888	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO (IBRAC)	UF MG
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.


Emitido no dia 15/02/2014 às 12:02:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Gerado a partir de http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru_novoite/gru_simples_parte2.asp

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADADA COM CHEQUE


 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	1822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS	CNPJ ou CPF do Contribuinte	01.188.162/0001-04
Nome da Unidade Favorecida COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	20,00
	(-) Descontos/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN88228A860740F9CEE8EA84474D6F08DE]	(+) Outros Acréscimos	
	(-) Valor Total	20,00

85810000000-5 20000254188-5 22049182011-6 68162000104-0



X

SR. CONTRIBUINTE: ESTA GUIA NÃO PODERÁ SER LIQUIDADADA COM CHEQUE

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL Guia de Recolhimento da União - GRU	Código de Recolhimento	1822-0
	Número de Referência	
	Competência	
	Vencimento	
Nome do Contribuinte / Recolhedor ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS	CNPJ ou CPF do Contribuinte	01.188.162/0001-04
Nome da Unidade Favorecida COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS	UG / Gestão	410003 / 00001
Instruções: As informações inseridas nessa guia são de exclusiva responsabilidade do contribuinte, que deverá, em caso de dúvidas, consultar a Unidade Favorecida dos recursos. SR. CAIXA: NÃO RECEBER EM CHEQUE	(=) Valor do Principal	20,00
	(-) Descontos/Abatimento	
	(-) Outras deduções	
	(+) Mora / Multa	
	(+) Juros / Encargos	
GRU SIMPLES Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A. [STN88228A860740F9CEE8EA84474D6F08DE]	(+) Outros Acréscimos	
	(-) Valor Total	20,00

85810000000-5 20000254188-5 22049182011-6 68162000104-0



18/02/2014 - BANCO DO BRASIL 12:02:54
211113001 0190

COMPROVANTE DE PAGAMENTO COM COD. BARRA

Convenio GRU-GUIA RECOLHIM. UNIAO
Codigo de Barras 85810000000-5 20000254188-5 68162000104-0
22049182011-6
Data do pagamento 18/02/2014
Valor em Dinheiro 20,00
Valor em Cheque 0,00
Valor Total 20,00

NR. AUTENTICACAO

1.F7E.4D0.975.945.C8/



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AGRO-ERÍS PARA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA E CONSELHO CO- MUNITÁRIO.

AOS DOZE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2011, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, SITO A AN MARIA JOSÉ DA CUNHA, 50 - CENTRO DESTA CIDADE, ÀS 19:00 HORAS, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, NA FORMA DA LEI, REUNIU-SE ORDINARIAMENTE A ASSEMBLEIA GERAL DOS SÓCIOS PARA ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA E FORMAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO. INICIALMENTE A PRESIDENTA VERIFICOU OS SÓCIOS APÓS A VERIFICAÇÃO E O QUÓRUM, SENDO ESTE SUFICIENTE, E ESTANDO TUDO CONFORME OS ESTATUTOS, DEU INÍCIO EM PRIMEIRA SOLICITAÇÃO À REUNIÃO. EM CONTINUIDADE A PRESIDENTA AGRADECEU O APOIO QUE TEM DE TODOS ASSOCIADOS, DA DIRETORIA E DA COMUNIDADE DURANTE SEU MANDATO E MANIFESTOU SUA SATISFAÇÃO COM OS RESULTADOS E SERVIÇOS QUE A RÁDIO TEM PRESTANDO AO MUNICÍPIO, PROMOVENDO SUA INTEGRAÇÃO. LAMENTOU A FALTA DE APOIO PÚBLICO E RESSALTOU AS CONDIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO EM SUA GESTÃO. EM SEGUIDA DEU INÍCIO AOS TRABALHOS DA ELEIÇÃO DA DIRETORIA E PROCEDEU À LEITURA DA ÚNICA CHAPA INSCRITA. APÓS AS CONSIDERAÇÕES INICIAIS ABRIU A PALAVRA PARA VERIFICAR SE HAVIA ALGUMA DÚVIDA, NINGUÉM SE MANIFESTOU, INICIANDO ENTÃO A SEQUÊNCIA QUE PERMITIU A TODOS OS SÓCIOS APÓS VOTAÇÃO SEM NENHUM INCIDENTE PROCEDEU-SE NA SEQUÊNCIA A CONTAGEM DOS VOTOS SENDO ELEITA POR UNANIMIDADE A CHAPA REGULARMENTE INSCRITA. DO TOTAL DE 20 (VINTE) VOTOS DOS SÓCIOS PRESENTES, FICANDO ASSIM CONSTITUÍDA A DIRETORIA ELEITA: PRESIDENTE: ADALBERTO ALVES GARCIA, VICE-PRESIDENTE: NÉLIO RODRIGUES DE ANDRADE, SECRETÁRIA: BEATRIZ BRIGIDA FERNANDES LUCENA, TESOUREIRA: MARIA CRISTINA GARCIA DE ANDRADE, DIRETORA CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: DARLENE LIMA GARCIA. NA SEQUÊNCIA FOI LEGALMENTE EMPOSSADA A DIRETORIA ELEITA CUJO MANDATO VALE ATÉ O DIA 12 (DOZE) DE OUTUBRO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE).

TERMINO DO 2.º OFICIO - IBIRACI/MG

O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.

Em testemunho da da verdade

IBIRACI,

18 FEV 2014

- ☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIVA
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENTE



DIRETORIA REAFIRMANDO A CONFIANÇA DE TODOS E REAFIRMANDO

TIÑUAR JU GRANDE TRABALHO COMUNITÁRIO ATRAVÉS DA AG
DE TODA COMUNIDADE E DO MUNICÍPIO, RESERVA DE USAR CONSCIENTE
DAS CARGAS DIFICULDADES FINANCEIRAS DA ASSOCIAÇÃO, EM ATO CON-
TINUO A DIRETORIA, CONFORME O ESTATUTO, INDICOU A AG. OS NOMES
DOS CINCO REPRESENTANTES DE ENTIDADES DO MUNICÍPIO PARA CON-
FORMEM O CONSELHO COMUNITÁRIO, QUE UNANIMAMENTE FORAM HOMEN-
GADOS PELA ASSEMBLÉIA GERAL, EM SEGUIDA A DIRETORIA ELEGEU E
EMPRESSO O PRESIDENTE DO CONSELHO COMUNITÁRIO O SR. ALVIN
ALVES CARLIA (REPRESENTANDO O SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
MUNICIPAIS) E DENAIS ENTIDADES OS MEMBROS: JOSÉ GONÇALVES
D-DEIRA FILHO, BENEDITO DO NASCIMENTO DINIZ, MARIA LUZIA
RODRIGUES CINTRA E CLAUDE CRISTINA LUCENA GARCIA. OS MEMBROS
ASSINARÃO LOGO APÓS OS SÓCIOS MANIFESTANDO SUA CIÊNCIA E CONCOR-
DÂNCIA. NADA MAIS HAVENDO, A REUNIÃO FOI ENCERRADA A REUNIÃO
A QUAL SECRETARIEI APÓS LIDA ESTA ATA POR MIM LAUFADA E
ACHADA CONFORME, SEQUE ASSINADA POR MIM, PELO PRESIDENTE E
DENAIS SÓCIOS PRESENTES.

IBIRACI, 12 DE OUTUBRO DE 2011

Beatriz Brígida Fernandes Lucena

José Roberto Gonçalves

Vello, Rodolfo de Almeida

Maria Conceição Bastelo

Maria Angélica Batista

Waldemar Lino Gavi

Xaene Alves Lucena Vital

Robson Rodrigo Alves do Silva

MOISES GONÇALVES Pereira

Maria Cristina Garcia de Figueiredo

Dani Pereira

Maria Andréia da Silva

Luiz Carlos de Almeida

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (M)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.

Em testemunho da verdade

IBIRACI, 18 FEV 2014

☒ AID RODRIGUES CINTRA - ESCRITA
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENTE



Lilian Aparecida Chagas
Liliane Alves
Bianca Lucena de Amoniz
Adrieli Costa Vital
Aparecida Lucena Teixeira
Juliana Martins de Aguiar Ferreira
Adriano Helena Pimenta Pereira

CONSELHO COMUNITÁRIO:

Hom. Marjorie

BENEDITO DO NASCIMENTO DINIZ

Elaine Cristina Pereira, Oliveira

Maria Lucia Rodrigues Cintra

Joel Gomes de Fátima Filho

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE IBIRACI - MG

PROTOCOLADO SOB Nº 10 LIVRO 47 - FLS.

REGISTRADO NO LIVRO DE Nº

AS FLS.

IBIRACI, 18 OUT 2014

AID R. CINTRA - OFICIAL INTERINO

BEL. WANIR N. CINTRA - SUBSTITUTO

CARTÓRIO 2.º TABELIÃO

E APRESENTADO - 18 OUT 2014

Valor Total

Outros

Total 17 OUT

RESPONSÁVEL

Modelo

ANT 40268

ANT 40267

ANT 40266

ANT 40265

Selo de Fiscalização

GER 57214

ANT 40268

ANT 40267

ANT 40266

ANT 40265

Selo de Fiscalização

GER 57214

ANT 40268

ANT 40267

ANT 40266

ANT 40265

Selo de Fiscalização

GER 57214

ANT 40268

ANT 40267

ANT 40266

ANT 40265

Selo de Fiscalização

GER 57214

ANT 40268

ANT 40267

ANT 40266

ANT 40265

Selo de Fiscalização

GER 57214

ANT 40268

ANT 40267

ANT 40266

ANT 40265

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (MG)

O presente documento confere com o ORIGINAL

apresentado em Cartório.

Em testemunho da verdade

IBIRACI, 18 OUT 2014

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra

Bel. Wanir N. Cintra



Comunicado
19

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DEPARTAMENTO DAS INDÚSTRIAS
E COMÉRCIO
INSTITUTO NACIONAL DE HABILITAÇÃO

375470490

375470490

375470490

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (MG)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório

Em testemunho _____ da verdade

IBIRACI, 18 FEV 2014

Adel Rodrigues Lima

☒ AID RODR GUES/CINTRA - ESCRIVA

☐ BEL WANIR DO VASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO

☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENTF



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNI

1034-8

Adalberto Alves Garcia

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 23.841.943-5 DATA DE EXPEDIÇÃO 29/NOV/88

NOME ADALBERTO ALVES GARCIA

FILIA ANTONIO ALTE GARCIA

E CARMEN CANDIDA GARCIA

NATURALIDADE OLIVEIRA - MG DATA DE NASCIMENTO 18/FEV/1971

DOC ORIGEM OLIVEIRA - MG

OLIVEIRA - MG

6619510720

6619510720

6619510720

CARTORIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (MG)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.

Em testemunho _____ da verdade

IBIRACI,

18 FEV 2014

Adel Rodrigues Lima

☒ AID DR GUES CINTRA - ESCRIVA

☐ BEL WANIR DO VASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO

☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENTF



ADALBERTO ALVES GARCIA
MARIA JOSE CUNHA 104 R
CENTRO
37990-000 IBIRACI MG

telefone

9991-9966

valor total da conta

R\$ 54,16

data de vencimento

28 / jan / 2014

CELULAR

Conta simplificada

RESUMO DO VALOR TOTAL DA CONTA

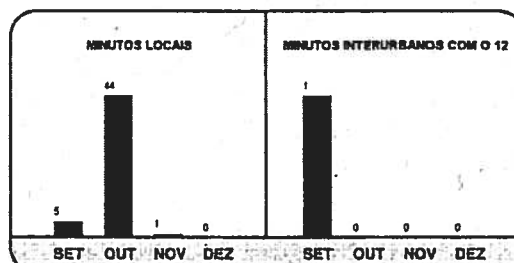
TELEFONE CELULAR R\$

• OUTROS SERVICOS 54,16
• Valor Total 54,16

Débitos Anteriores 277,25

SEU PERFIL DE USO

TELEFONIA CELULAR



Fale com a CTBC 105 5
sobre o seu perfil: www.ctbc.com.br



CARTORIO DO 2.º OFICIO - IBIRACI (MG)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.
Em testemunho: 10 FEV 2014
IBIRACI, Aid Rodrigues Lima

☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIT
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTIT
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIT



ctbc

UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO

Em caso de pagamento com cheque, a quitação se dará após a compensação do mesmo.

Nome do Cliente: **ADALBERTO ALVES GARCIA**

Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
136782167		000811751953	28/01/2014	54,16

84680000000-8 54160066000-8 08117519530-4 13678216700-3



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIVÃ
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - E REVENTE



CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO
O presente documento é válido somente com o CACOL
apresentado em Cartão.
Em testemunho

da versão

IBIRACI, 18 FEB 2014

Qual Poder quis

☒ AID RODRIGUES CINTRA - ESCRITA
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRITIVO



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

CÉDULA DE IDENTIDADE
NACIONALIDADE BRASILEIRA

NELIO RODRIGUES DE ANDRADE

Hermantino Calixto de Andrade

Inez Rodrigues de Andrade

Cássia-MG. **09.Jul.1958**

NELIO RODRIGUES DE ANDRADE
P.I. Frances de

(INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL)

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

(GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cartão de Pessoa Física
Número de Inscrição

397.459.616-04

NELIO RODRIGUES DE ANDRADE

Nascimento

09/07/1958



BOMPRATODOS

Pág 001 de 002



CTC BELO HORIZONTE MG PL11

Portagem 23/12/2013
Vencimento: 01/01/2014

NELIO RODR ANDRADE
R SEIS DE ABRIL 1450
CENTRO
37990-000 IBIRACI - MG

> Cartão

Ourocard Visa
Nº 4984 **** * 8865

Data prevista para o fechamento da próxima fatura: 17.01.2014

Vencimento:
01/01/2014

Atenção:

- Em caso de pagamento inferior ao valor total, o cliente deverá arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura, incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago.
- Caso seja efetuado exatamente o pagamento mínimo, na próxima fatura poderão ser cobrados encargos financeiros de, no máximo, R\$ 37,98. Consulte o CET no quadro Custo Efetivo Total desta fatura, item Crédito Rotativo/Seques.

Valor Total:

R\$ 657,64

Pagamento mínimo:

R\$ 98,64

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (MG)

O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.

Em testemunho _____ da veracidade

IBIRACI,

18 FEV 2014

- Adel Rodrigues Brito*
- ☒ AID RODR GUES CONTRA - ESCRITURA
 - ☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CONTRA - ESCRITURA
 - ☐ BRUNO HENRIQUE NEVES ESCRITURA





IBIRACI, 18 FEV 2014
Em testem.unh. Bel Wanir do Nascimento Cintra
apresentado em Cartório
O presente documento confere com o ORIGINAL

PROIBIDO PLASTIFICAR

647235986

Dudley B. Fernandes
PROCURA, SP
Data de emissão: 20/09/2013
Data de validade: 20/09/2015
Assinatura: Dudley B. Fernandes
Assinatura: Dudley B. Fernandes
Assinatura: Dudley B. Fernandes

VÁLIDA EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

647235986

Dudley B. Fernandes
PROCURA, SP
Data de emissão: 20/09/2013
Data de validade: 20/09/2015
Assinatura: Dudley B. Fernandes
Assinatura: Dudley B. Fernandes
Assinatura: Dudley B. Fernandes

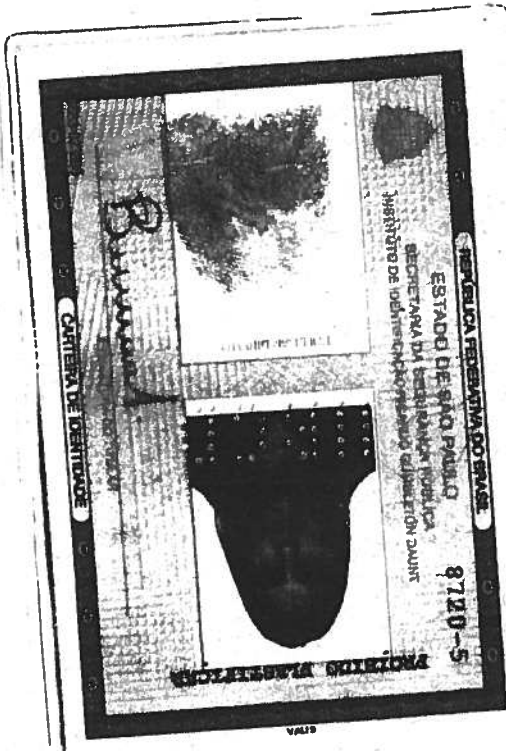


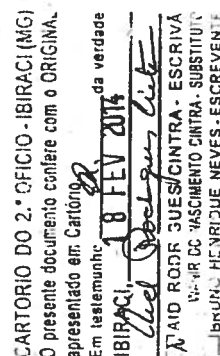
CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - IBIRACI (MG)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.
Em testem.unh. Bel Wanir do Nascimento Cintra da verdade

IBIRACI, 18 FEV 2014
Bel Wanir do Nascimento Cintra
☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIVÃ
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENTF



Ministério das Comunicações
Recebi
Data: 18
Assinatura: Bel Wanir do Nascimento Cintra
S. C. M.





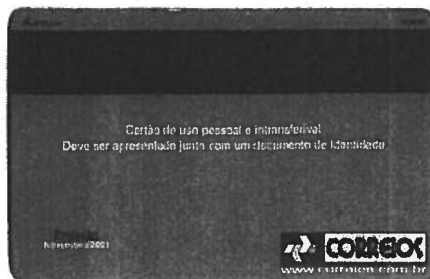
Ministério das Comunicações



CARTORIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (MG)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.
Em testemunho da verdade
IBIRACI, 18 FEV 2014
Valdir Rodrigues Cintra
VALDIR RODRIGUES CINTRA - ESCR.
TITEL WAGNER DO NASCIMENTO CINTRA - SUBST.
LEONILDO HENRIQUE NEVES - ESCRIVÃO



CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO-IBIRACI-MG
 O presente documento confere com o ORIGINAL
 apresentado em Cartório
 Em testemunho R. da verdade
 IBIRACI, 18 FEV 2014
Chel Rodr Gues Cintra
☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIVÃ
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENT



CEMIG CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.
CNPJ 08.961.180/0001-18
Inscr. Estadual 082.322136.0067
Av. Barbacena, 1200 - 17º Andar - Ala A1
Santa Agostinho - CEP 30.180-131
Belo Horizonte - MG - Brasil

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica
Série: U1 NF: 000182544
Controle: 00411/10092D0090/0171

Emissão: 04/02/2014 Impressão: 04/02/2014 Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE criada pela
Emissão autorizada pelo Regime Especial/PTA Nº 16.000114527.70 - SEF/MG Lei nº 18.438, de abril de 2002

MARIA CRISTINA GARCIA DE ANDRADE
R SEIS DE ABRIL 1450 CS
CENTRO
IBIRACI - MG
CEP 37990-000
MEDIDOR Nº: AFD969002711

Nº DO CLIENTE: 7004081920

Nº da Instalação		Subclasse	Classe
3004592563		Residencial Comum	Residencial R\$116,95
Datas de Leitura			Data de Referência a:
Anterior	Atual	Próxima	Apresentação
03/01	04/02	06/03	04/02
			FEV/14

Tipo de Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Medição	Consumo
Energia Elétrica	80760	80979	1	219

VALORES FATURADOS

Descrição	Quantidade	Preço	Valor R\$
Energia Elétrica kWh	219	0,52735562	115,47
ENCARGOS/COBRANÇAS			
Descrição			Valor R\$
Multa 2% c/c de 01/2014 sobre R\$ 145,01			2,90
Juros mora 1% am+IGPM: 10 dia(s) sobre R\$118,			0,62
Compensação FIC anual			-2,04
Tarifas Aplicadas (sem impostos)			
Energia Elétrica kWh	0,34700000		

A partir de 2015 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela e vermelha, quando colocadas, implicarão tarifas de maior valor, devido ao maior custo de geração. A partir de 02/2014 vigorará a bandeira amarela, a qual implicará o acréscimo de R\$ 0,015/kWh de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br

CPF: 481.311.566-72

RESERVADO AO FISCO

D1B1.29B8.FA48.D7ED.4081.13DB.DDF6.E3B1

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota	Valor(R\$)	PASEP	COFINS
115,47	30	34,64	R\$0,86	R\$3,98

Informações de Faturamento			VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
Parcela	Valor - R\$	%	23/02/2014	R\$116,95
Energia	24,70	21,44		
Distribuição	41,00	35,52		
Transmissão	3,34	2,89		
Encargos Setoriais	0,00	0,00		
Tributos	30,40	34,19		
Total	115,47	100,00		

Indicadores de Qualidade de Fornecimento			
Un. Parâmetro	12/2013	12/2012	12/2011
Indicador de Qualidade de Fornecimento	0,87	0,87	12,34
DIC	1,00	2,87	7,85
FIC	0,07	0,71	14,70
DMIC	0,00	10,20	
DICM	0,00	10,20	
Tensão: Nominal-220/127 V Min.-201/110 V Max.-201/100 V Valor Energia de Uso de Cál. Distribuição: R\$ 41,00			

Histórico de Consumo			
Mês/Ano	Consumo kWh	Média kWh/dia	Dias de Faturamento
JAN/2014	275	9,17	31
DEZ/2013	224	7,23	31
NOV/2013	225	7,28	31
OUT/2013	265	7,07	29
SET/2013	265	8,20	32
AGO/2013	254	8,20	31
JUL/2013	281	7,10	29
JUN/2013	235	7,34	32
MAY/2013	237	7,05	31
ABR/2013	300	11,01	31
MAR/2013	240	8,57	28
FEV/2013	271	8,52	29

Informações Gerais
Tarifa vigente conforme Res Anel nº 1.587, de 05/04/13
O pagamento desta conta não quita débitos anteriores.
Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas.
Leitura realizada conf. calendário de faturamento

CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO
000045925633

Agência Virtual:
www.cemig.com.br
atendimento@cemig.com.br
Cemig Torpedo: 29810
(Veja instruções de uso no verso)
Fale com a Cemig 116 (Se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue: 0800 7210 116)

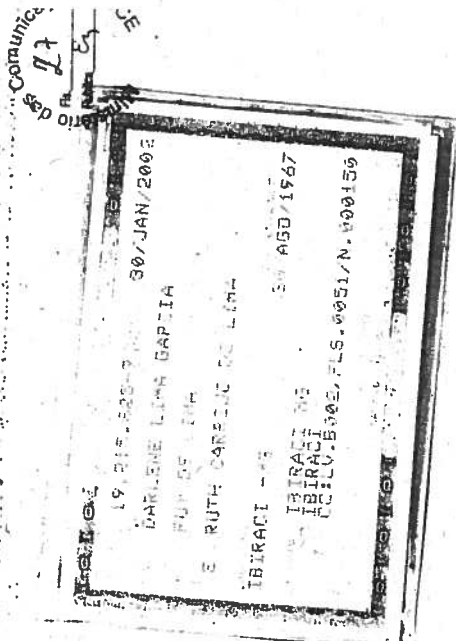
UNIDADE DE LEITURA:	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
02332302 CONTA CONTRATO 000045925633	23/02/2014	R\$116,95
REFERENTE A: FEV/14	Nº DA INSTALAÇÃO: 3004592563	

8361000001-4 16950138000-3 04651309911-2 00045925633-5

Ministério das Comunicações
Fls. 26
Rubrica

CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - IBIRACI (MG)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório
Em testemunho
IBIRACI, 08 FEV 2014
da veracidade
AID RODRIGUES DINTRA - ESCRIVÃ
BEL WANIR DO NASCIMENTO DINTRA - SUBSTITUTO
BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENT





CARTÓRIO DO 2.º OFÍCIO - IBIIRACI (MS)
O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório.
Em testemunho da da verdade
IBIRACI, 18 FEV 2014
Aid Rodrigues Cintra
☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIVA
☐ BEL WANIR DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO
☐ BRUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENT





CARTORIO DO 2.º OFICIO - IBIRACI (MG)

O presente documento confere com o ORIGINAL
apresentado em Cartório

Em testemunho de verdade

IBIRACI, 18 FEV 2014

Adel Rodrigues Brito

☒ AID RODR GUES CINTRA - ESCRIVÃ

☐ IREL WALTER DO NASCIMENTO CINTRA - SUBSTITUTO

☐ LERUNO HENRIQUE NEVES - ESCRIVENT





UNICAÇÕES

DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DE SERVIÇOS

5 - BLOCO "R" - 3º ANDAR - ANEXO OESTE - SALA 300

DF

Ao

MINISTÉRIO DAS COM

SECRETARIA DE SERVIÇO

DEPARTAMENTO DE OUTO

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS

70044-900 - BRASÍLIA



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 04 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 04/08/2014, às 13:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0068141** e o código CRC **0ABA594E**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 8708/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.008262/2014-92**

Processo de Outorga nº: 53710.000325/1999

Assunto: **Esclarecimentos e Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Arco-iris (Rádio Arco-iris)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ibiraci/MG**.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade supracitada para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 03/02/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado entre o terceiro e o último mes anterior ao vencimento da autorização, conforme subitem 20.2 da Norma nº 1/2011.13. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 18/02/2014, ou seja intempestivamente. Solicitamos o esclarecimento e atendimento das exigências elencadas abaixo:

I. Esclarecimentos quanto à intempestividade do pedido de Renovação.

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel; (entidade com débito - 0105666 ; 0105671)

III. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

IV. Cópia da última Ata extraordinária para eleição do Conselho Comunitário legível.

V. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** esclarecimentos e a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 11/09/2014, às 14:42, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos da Silva, Engenheiro de Operacoes**, em 12/09/2014, às 09:51, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0105596** e o código CRC **21F49E00**.



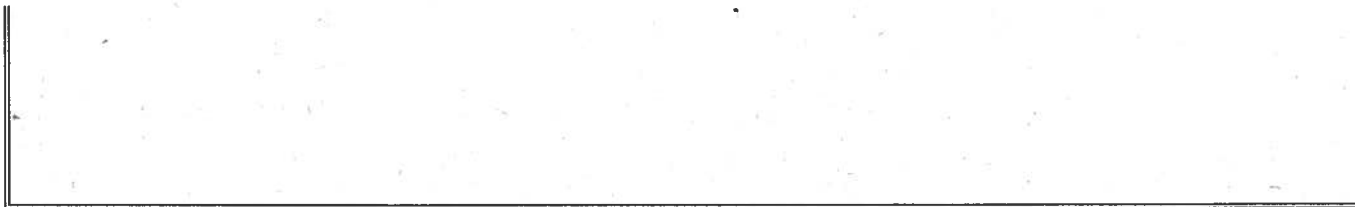
Essa certidão não pode ser emitida.

Consta débito para o CNPJ/CPF: 01168162000104

Emitida às 16:31:47 do dia 22/08/2014 (hora e data de Brasília).

[Retornar a Consulta](#)

[Impressão de Boletos](#)



BOA TARDE
JOÃO CARLOS DA SILVASistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Extrato de Lançamentos** > internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta | Consulta

Extrato de Lançamentos**Nome da Entidade:** ASSOCIACAO COMUNITARIA ARCO-IRIS**Serviço:** 231 - Radiodifusão Comunitária**Situação:** Ativa**Data Validade:** 03/02/2014**Incidência FUST:****Data Início Operação Comercial:****Tipo Usuário:** Integral**UF:** MG**Proc. Caducidade:** Não**End. Sede:** RUA SEIS DE ABRIL 1450**Bairro:** CENTRO**Município:** Ibiraci**CEP:** 37990-000**UF:** MG**End. Corresp.:** RUA SEIS DE ABRIL 1450**Bairro:** CENTRO**Município:** Ibiraci**CEP:** 37990-000**UF:** MG**Créditos Inscritos no CADIN**

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
1660	0	2011	23/04/2011	R\$ 1.197,28		0,00	0,00	0019	Devedor - DOU	1.801,60
1889	0	2011	27/02/2012	R\$ 800,00		0,00	0,00	0022	Devedor - RN - DOU	1.150,39
1660	0	2012	09/01/2013	R\$ 1.197,28		0,00	0,00	0023	Devedor	1.605,96
1660	0	2012	09/01/2013	R\$ 1.197,28		0,00	0,00	0024	Devedor	1.605,96
1329 - TFF	1	2013	31/03/2013	R\$ 66,00		0,00	0,00	0025	Devedor	87,84
4200 - CFRP	1	2013	31/03/2013	R\$ 10,00	16/04/2013	10,00	10,00	0026	Parcial	0,79
1329 - TFF	1	2014	31/03/2014	R\$ 66,00		0,00	0,00	0027	Devedor	82,12
4200 - CFRP	1	2014	31/03/2014	R\$ 10,00		0,00	0,00	0028	Devedor	12,44

Total devido em 22/08/2014 (em reais):

6.347,10

Total de créditos em 22/08/2014 (em reais):

0,00

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício

P - Parcelamento: Lançamento Parcelado

PA - Parcelamento: Parcela

Registro 1 até 8 de 8 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 9120/2014/SEI-MC

São Paulo, 27 de agosto de 2014

Ao Senhor
Adalberto Alves Garcia
Representante Legal da Associação Comunitária Arco-iris (Rádio Arco-iris)
Av. Maria José da Cunha, Nº 50 - Centro
37990-000 / Ibiraci – MG.

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.008262/2014-92.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº **8708/2014- SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que solicita **esclarecimentos** sobre a renovação de outorga dessa entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade, se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 11/09/2014, às 14:42, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0105883** e o código CRC **D0088515**.

AR

Опцију № 9120/2014/SEI-MC

São Paulo, 27 de agosto de 2014

Ao Senhor
Adalberto Alves Garcia
Representante Legal da Associação Comunitária Arco-Iris (Rádio Arco-Iris)
Av. Maria José da Cunha, Nº 50 - Centro
37990-000 / Ibiraci - MG.

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.0008262/2014-92.

PREZADO DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI
PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE
EMS
SEGURO / VALEUR DÉCLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON
22/09/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

FABRICA E MAT. DO EMPREGADO
 SIGNATURE DE L'AGENT
 Eliseu V. B. Santos
 Agente Correios
 Matr. 8422535-1
 RSO / ADDRESS

2 SET 2014

240203-0

FC0483 / 16

114 x 180 mm

 CORREIOS BRÉSIL	AVISO DE RECEBIMENTO	AR	<small>(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)</small> JH 88051967 2 BR																					
	<small>DATA DE DEPOSITO / DATE DE DÉPÔT</small> 12/12/2001	<small>TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON</small> <table border="1"> <tr> <td> </td><td> </td><td> </td> <td> </td><td> </td><td> </td> <td> </td><td> </td><td> </td> </tr> <tr> <td>:</td><td>h</td><td>:</td><td>h</td><td>:</td><td>h</td><td>:</td><td>h</td><td>:</td><td>h</td> </tr> </table>														:	h	:	h	:	h	:	h	:
:	h	:	h	:	h	:	h	:	h															
<small>UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT</small> SÃO PAULO																								
<small>PREENCHER COM LETRA DE FORMA</small> <small>NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR</small> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES <small>SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES</small> NO ESTADO DE SÃO PAULO RUA MERGENTHAUER 592 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA FONES (11) 3104-0123 - FAX (11) 3104-0600 CIDADE / CITY: SÃO PAULO-SP																								
<small>UF</small> BRASIL																								
<small>CEP: 05311-000</small>																								

ENDEREÇO PARA
 DEVOLUÇÃO
 RETOUR

AO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO
PAULO

53900.073782/2014-81

20/10/14

(0200776)

ILUSTRÍSSIMO(A) DELEGADO(A) REGIONAL,

ASSUNTO: RESPONDE OF 9120/2014/SEI-MC – cópia anexa.
Processo: 53000.008262/2014-92

Em resposta ao ofício supra, esta Associação informa e encaminha o solicitado.
Demais documentação foi encaminhada junto ao ofício de fev-2014 ao MC.

Com referência aos itens de I a IV segue documentação anexa.

Quanto ao item V – esclarecemos que não foi feita nenhuma alteração estatutária e que o estatuto devidamente registrado já foi enviado novamente na documentação protocolada no ministério em fevereiro/14.

No mais, nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos e quaisquer outras providências que se fizerem necessárias, bem como se alguma outra despesa, taxa, ou multa restar, faremos o recolhimento imediatamente, assim que comunicados.

No aguardo de acolhimento de nosso pedido de renovação da outorga e da documentação e esclarecimentos prestados antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,

Ibiraci, 17 de outubro de 2014.


ADALBERTO ALVES GARCIA

Diretor Presidente

01.168.162/0001-04

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS

RÁDIO ARCO-ÍRIS FM

Av Maria José da Cunha, 50

Centro - Cep. 37990-000

IBIRACI- MG

AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO

ILUSTRÍSSIMO(A) DELEGADO(A) REGIONAL,

ESCLARECIMENTOS QUANTO A INTEMPESTIVIDADE DO PEDIDO.

Infelizmente pela nossa boa fé e desconhecimento dos procedimentos legais de formalização do processo para renovação de outorga, fomos vítimas de um golpe o qual justifica o atraso na entrada da documentação e que passamos a descrever até para servir de alerta junto ao Ministério das comunicações.

Em final de outubro do ano passado fomos procurados por um Sr. que se identificou como engenheiro credenciado junto ao MC, que representava uma firma do Sul do país, especializada na montagem de processos para rádios FM e comunitárias, seja para disputa de concessões, ou renovações de outorga. O representante portava uma lista com rádios cuja concessões estavam para vencer e disse que como estava prestando serviços na região que poderia fazer um preço bem abaixo do de mercado para auxiliar nossa rádio comunitária a obter a renovação da concessão. Nos apresentou em seu notebook um site da empresa e uma lista enorme de prestação de serviços. Nos orientou corretamente que a associação teria que entrar até três meses antes com o pedido nos moldes legais e que para não correr riscos era melhor contratar uma empresa especializada como a deles. Diante disto reunimos os diretores e pelo pouco tempo e a enormidade de documentos que ele nos relacionou necessários achamos melhor nos sacrificarmos e pagamos para ele o valor de R\$1.500,00. Ele pediu cópia de vários documentos da Associação, disse que iria montar o processo, que eles tinham gente em Brasília que iria receber a documentação, protocolar e efetuar o acompanhamento de eventuais pendências. Diante disto veio as festas de final e início de ano, achamos normal a demora, e ficamos aguardando a publicação até início de fevereiro e nada, tentamos entrar em contato com a empresa e o telefone não mais existia, foi quando então vimos que tínhamos caído num golpe e então mandamos por nossa conta nova documentação o que já ocorreu fora da época.

Assim, plenamente justificada a intempestividade de nosso pedido, visto que não ocorreu por omissão ou descaso, pedimos acatamento a estes esclarecimentos e solicitamos autorizar a renovação da concessão, pelo que nos colocamos a disposição para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário.

Ibiraci, 17 de outubro de 2014

Atenciosamente,


ADALBERTO ALVES GARCIA

Diretor Presidente.

01.168.162/0001-04
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
RÁDIO ARCO-ÍRIS FM
Av Maria José da Cunha, 50
Centro - Cep. 37990-000
IBIRACI - MG

01.168.162/0001-04
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
RÁDIO ARCO-ÍRIS FM
Av Maria José da Cunha, 50
Centro - Cap. 37690-000
IBIRACI - MG

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO COMUNITÁRIO COM O PRESIDENTE
DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
PARA VERIFICAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO E
ESCLARECIMENTOS QUANTO A RENOVAÇÃO
DA OUTORGA EM 12-10-2014 -X-X-X-X-X-X-X-

Aos doze dias do mês de outubro de 2014, na sede da Associação, sito na Av. Maria José da Cunha, 50 – centro de Ibiraci-MG, às 19:00 horas, reuniram-se todos os membros do Conselho Comunitário juntamente com o Presidente da ACAI, Sr. Adalberto Alves Garcia, nos termos e forma do estatuto da Associação, para tratarem os seguintes assuntos: conferência, acompanhamento e análise da programação da emissora comunitária, bem com informações sobre o processo de renovação da outorga. O Presidente do conselho, Sr. Alvim, depois de aberta e achada conforme a reunião, expos assuntos diversos de interesse da rádio e em seguida franqueou a palavra aos demais conselheiros, nada tendo de novo a acrescentar passaram a análise da grade de programação da rádio, que por todos foi elogiada, bem como confirmaram se manter fiel a legislação e aos princípios comunitários, bem como seguir fielmente o já deliberado em outras reuniões, ressaltando o enorme serviço social que a rádio vem prestando a título de cidadania, de utilidade pública, de veículo de comunicação social servindo a todos os segmentos da sociedade, promovendo o entretenimento, a cultura, a informação, a integração municipal e a enorme prestação gratuita de serviços de utilidade pública as pessoas físicas, associações, entidades e órgãos públicos. Em seguida foi solicitado esclarecimentos ao Presidente da associação quanto ao andamento do processo de renovação da outorga. Por este foi lido o ofício 9120/2014/SEI-MC e dado todos os esclarecimentos quanto ao encaminhamento da documentação confirmando que tudo está em dia e todas as providencias foram tomadas por parte da diretoria. Diante das ponderações finais do presidente do conselho e nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, onde eu Elaine Cristina Lucena Garcia secretariei esta reunião, lavrei esta ata, que após lida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente do Conselho e da ACAI, e demais componentes do Conselho Comunitário. Ibiraci, 17 de outubro de 2014. -x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

Elaine Cristina Lucena Garcia

Adalberto Alves Garcia

Alvim

Maria Lucia R. Pereira

João Gomes Pereira Filho

DEBETO DO ASSINADO JNL

Ata da Reunião Ordinária da Associação

Comunitária Arco-Íris para eleição e posse da nova diretoria e conselho de

munitário.

Aos Doze dias do mês de outubro de 2011, na sede da

Associação, sito à Av. Maria José da Silva, 50 - Centro desta cidade, às 19:00 horas, conforme Edital de convocação, na forma

da Lei, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Geral dos sócios para eleição e posse da diretoria e formação do conselho de

munitário. Inicialmente a presidente verificou os sócios

atos a votarem e o quórum, sendo este suficiente, e esta

tudo conforme os estatutos, deu início em primeira con

gresso à reunião, em continuidade a presidente agradeceu

ao fato de ter de todos associados, da diretoria e da comissão

deveres seu mandato e manifestou sua satisfação com os resultados

anteriores, que a todos um agradecimento ao município. Por

quando sua integração, lamentou a falta de apoio público

ressaltou as conquistas da associação em sua gestão. Em

guisa de conclusão por trabalhos da eleição da diretoria e

procedeu a leitura da única carta inscrita. Após as considerações

iniciais para a votação verificou se havia algum

divida, nenhum se manifestou, iniciou-se então a votação

perante a todos os sócios atos, votaram, sem nenhuma ins

deute procedeu-se na sequência a contagem dos votos

eleita por unanimidade a chapa regulamentar inscrita, ou

seja, os do (vinte) votos dos sócios presentes. Ficando

assim constituída a diretoria eleita: presidente, Adalberto

Alves para vice presidente, Nélio Rodrigues de Andrade,

secretário geral, Gerivaldo Lucas, tesoureiro.

Assim sendo, encerrada a reunião, a cultura e de

Assim sendo, a reunião, a cultura e de



Na sequência o presidente eleito falou em nome da comunidade e do município, ressaltando a importância de todos se envolverem para a melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico. Em ato louvando a diretoria, conferiu o estatuto, julgou e aprovou os pontos dos cinco representantes de entidades do município para comporem o conselho comunitário, que unanimemente foram Homero Rodrigues Pereira Assunção, em seguida a diretoria elegeram e empossou o presidente do conselho comunitário Sr. Alvin Alves Garcia (representando o sindicato dos funcionários públicos municipais) e demais entidades os membros. Maria Luiza Pereira Filho, genitor do nascente Diva, Maria Luiza Rodrigues Pereira e Elaine Cristina Lucena Garcia. Os membros assumiram logo após os sócios manifestando sua simpatia e apoio. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião a qual se encerrou. Após lista esta ata por mim lavrada e a qual se encontra assinada por mim, pelo presidente e demais sócios presentes.

Terceira, 12 de outubro de 2011

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio

Bráulio Bráulio Bráulio



Lilian Aparecida Chagas
 Lilia Alves
 Bianca Lucena de Amorim
 ADRIEL Costa Vital
 Afância Luciana Garcia
 Juliana Martins de Almeida Ferreira
 Adriano Helena Luiza Sereno

CONSELHO COMUNITÁRIO:

Alm. Marfaccia

BENEDITO DO NASCIMENTO DINIZ

Elaine Cristina Pereira Garcia

Maria Lucia Rodrigues Cintra

Joel Gomes de Almeida Filho

CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
 E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE IBIRACI-MG
 PROTOCOLADO SOB Nº 055/11 NO LIVRO Nº 52 P. 74
 REGISTRADO NO LIVRO DE Nº A-10
 AS FLS 77/225 SOB Nº 055/11
 IBIRACI, 17 OUT 2011
 AID R. CINTRA - OFICIAL INTERINO
 BEL. WANIR N. CINTRA - SUBSTITUTO

CARTÓRIO 2.º TABELIONATO
 E ANEXOS IBIRACI-MG
 Valor Cobr. p/ Cartório
 Emolumentos
 Ao Estado
 Outros
 Total
 Data 17 OUT 2011
 AID R. Cintra

RESPONSÁVEL



EM
 BRANCO

BOA TARDE
ANTONIO LINDENBERG GARCIA
 Sistemas
 Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta menu ajuda

Dados da Consulta Consulta

Relatório de Débitos para Impedimento do Boleto

Relatório dos Débitos

Relatório de Débitos para Impedimento do Boleto

Relatório de Débitos para Impedimento do Boleto

X	Vencimento	Ano de Referência	Serviço / Certificado	Receita	Processo	FISTEL/Sequencial (Nosso Número)	Valor Débito	Situação
	31/03/2013	2013	231	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública			0,80	Vencido

Registro até de registros

Página: [1]

Atenção! No caso de crédito inscrito em dívida ativa desde 04/12/2008, o pagamento do boleto emitido nos sistemas SIGEC ou BOLETO não importa a quitação dos encargos legais previstos do Art. 37-A, § 1º, da Lei no 10.522/2002, com a redação incluída pela Lei no 11.941/2009, combinado com Art. 1º do Decreto-Lei no 1.025/1969, com as alterações introduzidas pelo art. 3º do Decreto-Lei no 1.569/1977 e pelo art. 12 do Decreto-Lei no 2.163/1984.

Legenda do Campo Situação


RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
 RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
 CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
 RJ - Lançamento com Recurso Judicial
 RN - Lançamento com Recurso Denegado
 DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
 CD - Lançamento Inscrição no CADIN
 DA - Lançamento Inscrição na Dívida Ativa
 E - Lançamento em Execução Judicial
 SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
 MO - Multa de Ofício
 LO - Lançamento de Ofício
 P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
 PA - Parcelamento: Parcela

* BOLETO PAGO - VIDE CÓPIA ANEXA.

01.168.162/0001-04
 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS
 RÁDIO ARCO-IRIS FM
 Av Maria José da Cunha, 50
 Centro - Cep. 37900-000
 IBIRACI - MG

Ajuda

Imprimir

	MINISTÉRIO DA FAZENDA	Código do Recolhimento	12672
	SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Número (NRO) de Referência - FISTEL	500119261710026
Guia de Recolhimento da União - GRU		Competência	-
Nome do Contribuinte/Recolhedor: ASSOCIACAO COMUNITARIA ARCO-IRIS		Vencimento	31/03/2013
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES-SEDE		CNPJ/CPF Contribuinte	01168162000104
1. Informações:		Unidade Favorecida	413001/41231
ATENÇÃO: PARA PAGAMENTO DESTE BOLETO NO SIAFI, UTILIZAR: CÓDIGO DE ARRECAÇÃO : 52672-0 UG ARRECAÇÃO: 413001 Radiodifusão Comunitária - Código= 231 Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública - Código= 4200 - ano = 2013:		(=) Valor do Principal	0,59
Quantidade de estações : A - TODOS OS TIPOS DE ESTACAO - 1		(-) Descontos/Abatimento	*****
2. Mensagem		(-) Outras deduções	*****
Possui débito(s) de outra(s) receita(s) em ano(s) anterior(es) 3. Regras - Multa: R\$ 0,12 - Juros: R\$ 0,09 - Não conceder desconto/abatimento/dedução - Valor calculado para pagamento até : 31/10/2014 Outro boleto poderá ser obtido no site: http://sistemas.anatel.gov.br/boleto		(+) Mora/Multa	0,12
GRU - Simples Pagamento exclusivo no Banco do Brasil S.A		(+) Juros/Encargos	0,09
		(+) Outros Acréscimos	
		(+) Valor Total	0,80

15/10/2014 - BANCO DO BRASIL - 13:21:32
211112645 0302

COMPROVANTE DE PAGAMENTOS COM COD.BARRA

=====
 Convenio GRU-GUIA RECOL.UNIAD(REF)
 Codigo de Barras 85870000000-6 00800363126-0
 72049265001-1 19261710026-6
 Data do pagamento 15/10/2014
 Valor em Dinheiro 0,80
 Valor em Cheque 0,00
 Valor Total 0,80
 =====

NR.AUTENTICACAO 2.E79.235.41A.206.90B

01.168.162/0001-04

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS

RÁDIO ARCO-IRIS FM

Av Maria José da Cunha, 50

Centro - Cep.37000-000

IBIRACI- MG



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 9120/2014/SEI-MC

São Paulo, 27 de agosto de 2014

Ao Senhor

Adalberto Alves Garcia

Representante Legal da Associação Comunitária Arco-iris (Rádio Arco-iris)

Av. Maria José da Cunha, Nº 50 - Centro

37990-000 / Ibiraci - MG.

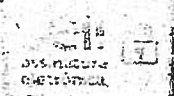
Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.008262/2014-92.

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da Nota Técnica nº 8708/2014- SEI-MC, desta Delegacia Regional, que solicita **esclarecimentos** sobre a renovação de outorga dessa entidade.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade, se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 11/09/2014, às 14:42, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0105883** e o código CRC **D0088515**.

(61) 2027 6464

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 8708/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: 53000.008262/2014-92

Processo de Outorga nº: 53710.000325/1999

Assunto: **Esclarecimentos e Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Arco-iris (Rádio Arco-iris)**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ibiraci/MG**.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade supracitada para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 05/02/2014, de forma que o pedido de renovação deveria ter sido apresentado entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento da autorização, conforme subitem 20.2 da Norma nº 1/2011.13. Ocorre que a entidade protocolou sua solicitação em 18/02/2014, ou seja intempestivamente. Solicitamos o esclarecimento e atendimento das exigências elencadas abaixo:

I. Esclarecimentos quanto à intempestividade do pedido de Renovação.

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel; (entidade com débito - 0105666 ; 0105671)

III. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

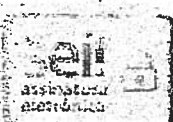
IV. Cópia da última Ata extraordinária para eleição do Conselho Comunitário legível.

V: As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar esclarecimentos e a documentação solicitada**, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 11/09/2014, às 14:42, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Joao Carlos da Silva, Engenheiro de Operações**, em 12/09/2014, às 09:51, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0105596** e o código CRC **21F49E00**.



AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

- DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE SÃO PAULO



RUA MERGENTHALER, 592 - Bloco L - MEZANINO (ECT) - VL. LEOPOLDINA

CEP: 05311-900 - SÃO PAULO - SP

REF: PROC: 53000.008262/2014-92



01.168.162/0001-04
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
RUA ARCO-ÍRIS 11
Av. Maria José da Cunha, 50
Centro - Cep. 37990-000
IBIRACI-MG

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA ARCO-IRIS

CNPJ: 01.168.162/0001-04

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:40:41 do dia 24/02/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 26/03/2015.

Certidão expedida gratuitamente.

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 615/2015/SEI-MC

São Paulo, 10 de março de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação da Outorga

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u> <u>Localidade</u>	<u>CNPJ</u>	
1. Associação e Movimento Comunitário Vale do Tibagi Telêmaco Borba/PR	01.753.926/0001-10	
2. Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru Paracuru/CE	03.084.804/0001-04	
3. Associação Comunitária e Ecológica de Ouro Preto Ouro Preto/MG	02.800.364/0001-81	Ouro
4. Associação Comunitária Arco Íris Ibiraci/MG	01.168.162/0001-04	
5. Associação Comunitária Cultural e Artístico de Renascença Renascença/PR	02.418.880/0001-46	
6. Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo/RN Campo Redondo/RN	12.981494/0001-11	
7. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Feira Nova Feira Nova/PE	02.922.047/0001-38	Feira
8. Comissão de Apoio à Criança e ao Adolescente - CACA Antonio da Patrulha/RS	02.146.996/0001-73	Santo
9. Associação Comunitária da Comunidade de Nova Granada Granada/SP	02.735.840/0001-28	Nova
10. Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno Nepomuceno/MG	01.573.077/0001-13	
11. Associação Comunitária Rádio Gaúcha FM de Bataguassu	02.814.703/0001-89	

Bataguassu/MS

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Engenheiro de Operacoes**, em 10/03/2015, às 16:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0407035** e o código CRC **E7C8785E**.

**ANATEL**Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Geral | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM**Identificação do Pedido RADCOM**

UF: MG
Município: Ibiraci
Canal: 290
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS
Nome Fantasia: RÁDIO ARCO-ÍRIS FM
Logradouro: RUA SEIS DE ABRIL
Telefone: (35) 35441234
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 01.168.162/0001-04
Bairro: CENTRO
Número: 1450
Fax: Não Informado

+ Dados da Outorga**Documentos Emitidos****Atualização de Documentos**

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
153	Portaria	MC	19/02/2002	28/02/2002	Autoriza Executar Serviço	Jur.
29786	ATO	SCM	03/10/2002	07/10/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
116	Decreto Legislativo	CN	02/02/2004	03/02/2004	Deliber. do C. Nacional	Jur.
44087	ATO	SCM	29/04/2004	03/05/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
166	Despacho	MC	07/05/2010		Advertência	Jur.
593	Portaria	MC	08/11/2010	14/03/2011	Multa	Jur.
210	Portaria	MC	19/04/2012	24/07/2012	Multa	Jur.
122	Portaria	MC	11/06/2012	13/06/2012	Multa	Jur.

+ Característica da Estação Instalada**+ Dados do Licenciamento**

Tela Inicial | Imprimir



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO Nº 166 DE 07 DE MAIO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 do mesmo mês e ano, tendo em vista o consta do **Processo nº 53000.009784/2008**, bem como em atendimento à faculdade conferida pelo disposto no § 1º do art. 59 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação introduzida pelo artigo 3º do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve: **ADVERTIR** a empresa **Associação Comunitária Arco - Íris**, outorgada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no Município de Ibiraci, no Estado de Minas Gerais, por contrariar o que está disposto nos artigos 18, 21, item IV da Lei nº 9.612/98 que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências, art. 6º da Portaria MC 26/96 que Dispõe sobre a instalação de estúdios de emissoras de radiodifusão sonora e centros de produção e art. 71 do Código Brasileiro de Telecomunicações e item 18.3.1.1 da Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária aprovada pela portaria nº 103/2004.

D.L. 116 | 2004

Edineia P. da Costa
EDINEIA PEREIRA DA COSTA



SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 3.799, DE 26 DE JUNHO DE 2008

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 194, inciso XI, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e no artigo 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 07 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 2º, inciso XV, do Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002, e no artigo 12 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002,

CONSIDERANDO o que consta no Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações nº 53566.000225/2005, resolve:

Art. 1º Aplicar à TIM NORDESTE S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 01.009.686/0001-44, sucessora por incorporação da TELEFONIA CELULAR S.A., a pena de multa, com fundamento no artigo 173, inciso II, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - LGT - e no artigo 4º, inciso II, artigo 7º, e artigo 8º, § 4º, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, no montante de R\$ 480.020,80 (quatrocentos e oitenta mil, vinte reais e oitenta centavos), pela infração ao artigo 2º, inciso XV, do Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002, e no artigo 12 do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002, apuradas no Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações nº 53566.000225/2005.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da notificação da interessada.

JARBAS JOSÉ VALENTE

ATO Nº 4.463, DE 4 DE AGOSTO DE 2009

O SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS PRIVADOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no artigo 194, inciso XI, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e no artigo 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 07 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002,

CONSIDERANDO a análise do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO nº 53532.005533/2007, resolve:

Art. 1º - Aplicar à TNL PCS S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 04.164.616/0001-59, a pena de multa, com fundamento no artigo 173, II da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 e no artigo 2º, V, artigo 4º, II, artigo 7º e artigo 8º, II e III, e § 4º, I, do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, fixando-se o valor base em R\$ 23.030,68 (vinte e três mil, trinta reais e oitenta centavos), em face do descumprimento ao artigo 10, inciso I do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002 c/c artigo 2º, inciso XV, do PGMQ-SMP, aprovado pela Resolução nº 317, de 27 de setembro de 2002.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data da notificação da interessada.

JARBAS JOSÉ VALENTE

ATO Nº 8.049, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

Processo 53524.004648/2010. Aplicar à CTCB Celular S.A., inscrita sob o CNPJ nº 05.835.916/0001-85, a pena de MULTA, com fundamento no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472 - LGT, de 16 de julho de 1997, nos artigos 4º, 7º e 8º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, no valor de R\$ 1.677,20 (mil seiscentos e setenta e sete reais e vinte centavos), pelo descumprimento dos artigos 48, 53, IV e 54, II, III, todos do Regulamento Geral de Portabilidade. Aplicar à CTCB Celular S.A., inscrita sob o CNPJ nº 05.835.916/0001-85, a pena de ADVERTÊNCIA, com fundamento no art. 173, inciso I, da Lei nº 9.472 - LGT, de 16 de julho de 1997, nos artigos 4º, 7º e 8º, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução nº 344, de 18 de julho de 2003, pelo descumprimento do artigo 13, II, 'd', 'e', 'f', do Regulamento Geral de Portabilidade.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interno

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 437, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.004246/2010. Aplicar à Fundação Antônio Bárbara, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Cianorte/PR, a pena de multa no valor de R\$ 3.078,71, com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto nos arts. 13, § único e 36 do CBT, c/c art. 42 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 526, DE 27 DE OUTUBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.001742/2010. Aplicar à Associação Comunitária Planalto Timbaúba, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Nova Russas/CE, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 18 da Lei nº 9.612/98 e art. 40, inciso XV do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 583 - Processo nº 53000.050117/2009. Aplicar à Associação de Comunicação Comunitária Rádio Ibiaci FM, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Manoel Viana/RS a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 18 da Lei nº 9.612/98 c/c o art. 40, inciso XV do RSRadCom.

Nº 584 - Processo nº 53000.039309/2009. Aplicar à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Juti/MS, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 18 da Lei nº 9.612/98 c/c o art. 40, inciso XV do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 8 DE NOVEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 586 - Processo nº 53000.025466/2009. Aplicar à Fundação Cultural São Judas Tadeu, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Tocantópolis/TO a pena de multa no valor de R\$ 2.518,95, com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto no art. 3º da Portaria Interministerial nº 651/99, art. 36 do CBT c/c o art. 42 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

Nº 588 - Processo nº 53000.000123/2009. Aplicar à Rádio São Paulo Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Paulo/SP a pena de multa no valor de R\$ 867,70, com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações, por contrariar o disposto no art. 28, inciso XII, alínea "h" do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

Nº 589 - Processo nº 53000.050914/2009. Aplicar à Associação de Radiodifusão Comunitária do Rio Grande Studio Livre FM, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Rio Grande do Sul/RS, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 18 da Lei nº 9.612/98 c/c o art. 40, inciso XV, do RSRadCom.

Nº 590 - Processo nº 53000.062293/2009. Aplicar à Associação Pontalense Educativa e Cultural, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Pontalina/GO, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 18 da Lei nº 9.612/98 c/c o art. 40, inciso XV do RSRadCom.

Nº 593 - Processo nº 53000.032913/2010. Aplicar à Associação Comunitária Arco-Íris, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Ibiraci/MG, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 40, inciso XV do RSRadCom.

Nº 594 - Processo nº 53000.036118/2010. Aplicar à Associação Cultural Comunitária Jacutinguense de Radiodifusão, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de Jacutinga/MG, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 18 da Lei nº 9.612/98 c/c o art. 40, inciso XV do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 596, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.043870/2010. Aplicar à Associação de Desenvolvimento Cultural e Artístico da Comunidade de São João do Triunfo, executante do serviço de radiodifusão comunitária, no município de São João do Triunfo/PR, a pena de multa no valor de R\$ 979,59, com fundamento no art. 40, caput, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária - RSRadCom, por contrariar o disposto no art. 40, inciso XV do RSRadCom.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 97 - Processo nº 53000.027561/2010. Aplicar à Rádio Cidade de Sumé Ltda., executante do serviço de radiodifusão em onda média, no município de Sumé/PB a pena de multa no valor de R\$ 552,18, com fundamento no art. 62 do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto no art. 38, alínea "b" do CBT.

Nº 99 - Processo nº 53000.0009224/2009. Aplicar à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nova Timboteua/PA, a pena de multa no valor de R\$ 3.160,81, com fundamento no art. 62, caput, do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto no art. 71, § 3º, do CBT.

Nº 600 - Processo nº 53000.012863/2009. Aplicar à Brasil Amazônia Comunicação e Empreendimentos Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nova Timboteua/PA, a pena de multa no valor de R\$ 3.160,81, com fundamento no art. 62, caput, do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto no art. 71, § 3º, do CBT.

Nº 602 - Processo nº 53000.012402/2010. Aplicar à Rádio Mirante Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São João da Boa Vista/SP, a pena de multa no valor de R\$ 7.224,71, com fundamento no art. 62, caput, do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto no art. 28, inciso XII, alínea "m" do Regulamento do Serviço de Radiodifusão e o art. 71, caput e § 2º, do CBT.

Nº 603 - Processo nº 53000.005487/2008. Aplicar à Rádio Difusora FM de Timon Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Timon/MA, a pena de multa no valor de R\$ 674,88, com fundamento no art. 62, do Código Brasileiro de Telecomunicações - CBT, por contrariar o disposto no art. 28, inciso XII, alínea "f" do Regulamento do Serviço de Radiodifusão e o art. 71, caput e § 2º, do CBT.



Em 23 de julho de 2012

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 19 DE JULHO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 15 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

Recebo o recurso administrativo interposto pela TV RECORD DE FRANCA S/A, diante da decisão de indeferimento de seu requerimento de aumento de potência com consequente mudança de classe do Serviço de em Retransmissão de Televisão - RTV, no município de Araraquara, Estado de São Paulo, e mantenho inalterada a decisão examinada por meio da Nota Técnica nº 145/2012/CGEO/DEOC/SCE-MC, em decorrência de tal solicitação não atender às exceções previstas no Art. 2º, da Portaria nº 275, de 29/03/2010, publicada no DOU de 31/03/2010, de sorte a negar o provimento do recurso, conforme anexo único, nos termos da legislação vigente.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DA NOTA TÉCNICA	UF	MUNICÍPIO	SERVIÇO	RECORRENTE
145/2012/CGEO/DEOC/SCE-MC	SP	Araraquara	Serviço de Retransmissão de Televisão - RTV	TV RECORD DE FRANCA S/A

ANEXO

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Enquadramento da Portaria de Multa
53581.000780/2011	Associação Beneficente Anjos da Paz	RADCOM	Cujubim	RO	Multa	2.829,93	Incisos XII, XV e XVII do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 208, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53554.000533/2012	Associação Beneficente Senhora Santana	RADCOM	Casaquari	BA	Multa	4.797,78	Incisos XII e XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e no item 19.3 da Norma Complementar nº 01/2004	Portaria DEEA nº 209, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.019745/2010	Associação Comunitária Arco-Íris	RADCOM	Itabaci	MG	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 210, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.046546/2010	Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida	RADCOM	Manhuaçu	MG	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 211, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.046546/2010	Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá	RADCOM	Itaquaquecetuba	SP	Multa	2.176,87	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e no item 19.3 da Norma Complementar nº 01/2004	Portaria DEEA nº 212, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.020253/2010	Associação Comunitária Diamantina	RADCOM	Morro do Chapéu	BA	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 213, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.013138/2010	Associação Comunitária Cultural, Ambiental e Esportiva de Santo Antônio da Alegria	RADCOM	Santo Antônio da Alegria	SP	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 214, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.059192/2010	Associação Comunitária Leste de Judá	RADCOM	Ribeirão Preto	SP	Multa	1.959,18	Inciso XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e no item 19.3 da Norma Complementar 01/2004 e na alínea "j" do item 12 do art. 38 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEEA nº 215, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.005876/2011	Fundação Educativa Apoio	TVE e FME	Brasília	DF	Multa	1.752,92	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEEA nº 216, de 19/7/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.041237/2010	Fundação Rádio e Televisão Educativa Itumbiara	FME	Itumbiara	GO	Multa	525,87	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEEA nº 217, de 19/7/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.003959/2011	Fundação Rainha da Paz	OM	Brasília	DF	Multa	5.037,89	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEEA nº 218, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.013818/2011	Fundação Sant'ana	OM	Ponta Grossa	PR	Multa	876,46	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEEA nº 219, de 19/7/2012	Portaria MC nº 851/1994
53542.003628/2011	Associação Cultural Santa Luzia	RTV	Jatã	GO	Multa	1.368,32	Art. 31 e no inciso V do art. 45 do Decreto nº 5.371, de 17/2/2005	Portaria DEEA nº 220, de 19/7/2012	Portaria MC nº 858/2008

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 441, DE 20 DE JULHO DE 2012

Autoriza a empresa Tropical Bioenergia S.A. a ampliar a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Tropical Bioenergia, localizada no Município de Edéia, Estado de Goiás, bem como a comercializar o excedente da energia produzida, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005043/2011-38, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Tropical Bioenergia S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.195.806/0001-94, com sede na Rodovia GO 410, km 51, Município de Edéia, Estado de Goiás, a ampliar a capacidade instalada da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Tropical Bioenergia, passando a ser constituída de uma Unidade Geradora de 15.000 kW outorgada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.881, de 14 de abril de 2009, e uma Unidade Geradora de 35.000 kW, totalizando 50.000 kW de capacidade instalada e 19.700 kW médios de garantia física de energia, utilizando Bagaço de Cana-de-Açúcar como combustível, localizada às coordenadas 17°41'10,13" e 62°6'45,24", no Município de Edéia, Estado de Goiás.

Parágrafo único. A comercialização do excedente de energia elétrica produzida pela autorizada far-se-á nos termos dos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada utilizar o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UTE Tropical Bioenergia e promover as adequações que se façam necessárias em virtude da ampliação de potência de que trata esta Portaria, por sua exclusiva responsabilidade e ônus.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Termelétrica conforme cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 15 de agosto de 2012;

b) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de novembro de 2012;

c) conclusão da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 10 de dezembro de 2012;

d) início da Operação em Teste da Unidade Geradora: até 24 de abril de 2013; e

e) início da Operação Comercial da Unidade Geradora: até 2 de setembro de 2013;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R\$ 2.913.950,00 (dois milhões, novecentos e treze mil, novecentos e cinquenta reais), que vigorará até três meses após o início da operação da Unidade Geradora da UTE Tropical Bioenergia;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCIEE;

VI - firmar Contrato de Energia de Reserva - CER, nos termos do Edital do Leilão nº 03/2011-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 2006, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE Tropical Bioenergia, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012012072400043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO
E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 84, DE 25 DE MAIO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 15 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.012822/2010	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Varre Sai	RADCOM	Varre Sai	RJ	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 84, de 25/5/2012	Portaria MC nº 858/2008

PORTARIA Nº 96, DE 28 DE MAIO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 15 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.012851/2011	Associação Comunitária Candeliariense	RADCOM	Candéaria	RS	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 96, de 28/5/2012	Portaria MC nº 858/2008

PORTARIAS DE 11 DE JUNHO DE 2012

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 684, de 15 de maio de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

OCTAVIO PENNA PIERANTI

ANEXO

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.039235/2010	Rádio FM D A Ltda.	FM	Bataguassu, Casapó e Cansapal	MS	Multa	788,82	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 106, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.038831/2010	Rádio Primavera FM de Guariba Ltda.	FM	Guariba	SP	Multa	788,82	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 107, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.041238/2010	Fundação Rádio FM Educadora Itaguay Nossa Senhora da Conceição	FME	Ponta de Pedra, Cachoeira do Arari, Curralinho, São Sebastião da Boa Vista, Santa Cruz e Muand	PA	Multa	473,29	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 108, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.038110/2010	Rádio Educadora Vale do Acaraú Ltda.	FM	Tombé-Açu	PA	Multa	788,82	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 109, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.041236/2010	Rede Paulson de Radiodifusão Ltda.	OM	Honua	SP	Multa	771,29	Item 9 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 31/10/63	Portaria DEAA nº 110, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.038834/2010	Rádio Alvorada de Quimópolis Ltda.	OM	Quimópolis	GO	Multa	771,28	Item 9 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 31/10/63	Portaria DEAA nº 111, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.049811/2010	Fundação Cultural Eclética Universal	OM	Santo Antônio do Descoberto	GO	Multa	2.586,12	Alínea "f" do item 9 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795 de 31/10/63	Portaria DEAA nº 112, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.058278/2010	Rádio Tradição Ltda.	OM	Rio Branco do Sul	PR	Multa	788,82	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 113, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.064007/2010	Rádio Sociedade Triângulo Mineiro Ltda.	OM	Uberaba	MG	Multa	3.627,28	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA nº 114, de 11/06/2012	Portaria MC nº 851/1994
53000.014040/2010	Associação Beneficente das Crianças Carentes e Abandonadas de Handicraças	RADCOM	Bandeirantes	PR	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 115, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.018223/2011	Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM	RADCOM	Tacuru	MS	Multa	2.176,87	Incisos XIX e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 116, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.005456/2010	Associação Comunitária Teutônia	RADCOM	Teutônia	RS	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 117, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.028892/2010	Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Quinze de Novembro	RADCOM	Pentecoste	CE	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 118, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.012207/2010	Associação Cultural CEM	RADCOM	Volta Redonda	RJ	Multa	1.197,28	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 119, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.017185/2010	Associação Beneficente Cultural Comunitária de Anzo A Caminhante	RADCOM	Campinorte	GO	Multa	1.088,43	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 120, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.000118/2012	Associação Comunitária Tocuiense Padre Guadalupe Ciznassa	RADCOM	Ibiciuí	BA	Multa	1.197,28	Inciso XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e no item 19.3 da Norma Complementar 01/2004	Portaria DEAA nº 121, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008
53000.021155/2010	Associação Comunitária Arco-Iris	RADCOM	Itirací	MG	Multa	1.197,28	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA nº 122, de 11/06/2012	Portaria MC nº 858/2008



INTERNET

www.in.gov.br

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.025437/2015-63**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO ÍRIS**

Em atenção ao Memorando nº 615/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.052803/2011	<ul style="list-style-type: none"> Em trâmite; Processo aguardando defesa da entidade; Irregularidade apurada: art. 18 c/c inciso IV do art. 21 da Lei nº 9.612/98 (data de ocorrência: 28/09/2011)
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.009784/2008	<ul style="list-style-type: none"> PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0521512); Despacho nº 166, de 07/05/2010 - ADVERTÊNCIA (0524101); Infração: artigos 18 e 21, item IV, da Lei n. 9.612/98, art. 6º da Portaria MC 26/96, art. 71 do CBT e item 18.3.1.1 da Norma nº 1/2004 (data de ocorrência: 08/01/2008).
	53000.032913/2010	<ul style="list-style-type: none"> PAI encerrado. Encaminhado à Anatel. Verificar relatório do SRD (0521512); Portaria nº 593, de 08/11/2010, publicada no Diário Oficial da União de 14/03/2011 - MULTA (0524101); Infração: art. 40, inciso XV, do Decreto nº 2.615/98.
	53000.019745/2010	<ul style="list-style-type: none"> PAI encerrado. Encaminhado à Anatel. Verificar relatório do SRD (0521512); Portaria nº 210, de 19/07/2012, publicada no Diário Oficial da União de 24/07/2012 -

		<p>MULTA (0524101);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Infração: art. 40, inciso XV, do Decreto nº 2.615/98.
	53000.021155/2010	<ul style="list-style-type: none"> • PAI encerrado. Encaminhado à Anatel. Verificar relatório do SRD (0521512); • Portaria nº 122, de 11/06/2012, publicada no Diário Oficial da União de 13/07/2012 - MULTA (0524101); • Infração: art. 40, inciso XXIX, do Decreto nº 2.615/98.

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 05/06/2015, às 13:47, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0524125** e o código CRC **81FD3FBD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 3775/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.008262/2014-92**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Arco-iris**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Ibiraci/MG**, por meio da Portaria nº **153**, publicada no DOU de 28/02/2002, e Decreto Legislativo nº **116**, publicado no DOU de 03/02/2004.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 03/02/2014. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou, seu pedido de renovação de outorga, subscrito por seu representante legal, protocolado em 21/02/2014 e postado em 18/02/2014 (doc. 0068137, páginas 2 e 33), nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-ÍRIS

QUADRO DIRETIVO
<p>ADALBERTO ALVES GARCIA - Diretor Presidente</p> <p>NÉLIO RODRIGUES DE ANDRADE - Diretor Vice Presidente</p> <p>BEATRIZ BRÍGIDA FERNANDES LUCENA - Secretária</p> <p>MARIA CRISTINA GARCIA DE ANDRADE - Tesoureira</p> <p>DARLENE LIMA GARCIA - Diretor Cultural e de Comunicação Social</p>

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 05 a 13 do evento SEI 0068137
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 16 a 19 do evento SEI 0068137

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 20 a 31 do evento SEI 0068137
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 03 do evento SEI 0068137
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, evento SEI 0384904
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 14 do evento SEI 0068137
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 03 do evento SEI 0200776 do documento 53900.023782/2014-81

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0524125, processo anexado 53900.025437/2015-63.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Tereza Kioko Taira Okubaru, Advogado**, em 10/06/2015, às 13:11, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Mario de Moraes Daolio, Delegado Substituto**, em 11/06/2015, às 09:45, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/07/2015, às 14:08, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:09, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0384936** e o código CRC **01A6172E**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.008262/2014-92**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03/02/2014**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Arco-iris**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Ibiraci/MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008262/2014-92 e nº 53710.000325/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-iris, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por lucas.carvalho, versão 2 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**,
Assistente Técnico, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC
89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT**
Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por evandro.leite, versão 2 por evandro.leite em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.008262/2014-92

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, SEI 0580554), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	x		02 e 33 SEI 0068137
1.1	O requerimento é tempestivo?		x	
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	x		03 SEI 0068137
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	x		SEI 0384904
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	x		14 SEI 0068137
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	x		05 a 13 SEI 0068137
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	x		16 a 19 SEI 0068137
7	Comprovante de nacionalidade e maioridade dos dirigentes.	x		20 a 31 SEI 0068137
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	x		03 SEI 0200776 do documento 53900.023782/2014-81
9	Relatório de apuração de infrações	x		SEI 0524125 processo 53900.025437/2015-63

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		x	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		x	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 15/07/2015, às 13:52, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0583124** e o código CRC **B5853018**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3617/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008262/2014-92 e nº 53710.000325/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subseqüentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644796** e o código CRC **29B5562F**.

EM Nº 534/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.008262/2014-92**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **03/02/2014**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Arco-iris**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de **Ibiraci/MG**.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644800** e o código CRC **4FB30CA3**.

**PORTARIA Nº 3.603, DE 19 DE AGOSTO DE 2015**

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069421/2013-44 e nº 53780.000129/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de CAMPO REDONDO/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.605, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029374/2013-04 e nº 53103.000025/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FEIRA NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de FEIRA NOVA/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.606, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069249/2013-29 e nº 53790.00340/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à COMISSÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CACA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santo Antonio da Patrulha / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.608, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055380/2013-17 e nº 53830.002602/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VALINHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Valinhos/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.609, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040584/2013-45 e nº 53830.002256/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO DE NOVA GRANADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA GRANADA / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.610, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057576/2013-38 e nº 53740.001250/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telemaco Borba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.611, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028782/2013-31 e nº 53690.001239/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.612, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027270/2013-57 e nº 53650.000671/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Paracuru / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.613, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057914/2011-70 e nº 53710.001172/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08/10/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO DE NEPOMUCENO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nepomuceno / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.614, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067628/2013-84 e nº 53710.000815/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE MUTUM - ACORDECUM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mutum/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.615, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059200/2013-68 e nº 53710.001396/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ECOLÓGICA DE OURO PRETO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.616, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.039068/2013-78 e nº 53710.001330/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FEMININA DE MONTALVÂNIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Montalvânia/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.617, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008262/2014-92 e nº 53710.000325/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.008262/2014-92

Referência: Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação Comunitária Arco-Iris

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.617, de 19/08/2015, que “*Renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-Iris, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci-MG*”, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 11:42, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0686735** e o código CRC **52E8F49F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.008262/2014-92**

Entidade: **Associação Comunitária Arco-iris (radio Arco-iris)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3617, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renová a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Ibiraci/MG**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n º **53000.008262/2014-92**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**,
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art.
3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0692452** e o código CRC **DA7D8F29**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.008262/2014-92

Interessado: Associação Comunitária Arco-iris (radio Arco-iris)

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0769315** e o código CRC **ED1484BA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

EM Nº 665/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.008262/2014-92, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-iris, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0777171** e o código CRC **92880AD9**.

EM nº 00027/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.008262/2014-92, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à Associação Comunitária Arco-íris, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima



PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O AVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

**SI
M**

**NÃ
O**

**Fls. /
nº do
doc.**

1 Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.1.

O requerimento é tempestivo?

2 Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.

4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.

5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.

6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.

8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

9 Relatório de apuração de infrações.

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque